

# Relatório de Actividades

2016



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

MINISTRO DO PLANEAMENTO  
E DAS INFRAESTRUTURAS

## DESPACHO

Na sequência da audição realizada junto dos Gabinetes de S.Ex<sup>as</sup> o Ministro Adjunto e o Ministro do Ambiente, e ao abrigo das competências delegadas por S.Ex<sup>a</sup> o Ministro do Planeamento e das Infraestruturas pelo Despacho n.º 2312/2016, publicado na 2.ª série do Diário da República de 16 de fevereiro, homologo a menção de “Desempenho Bom” relativo ao ano de 2016 à CCDR Alentejo, conforme proposto pela Informação PLAV/580/2017, de 3 de julho, da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

Transmita-se à CCDR Alentejo e à Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.  
Dê-se conhecimento a S.Ex<sup>as</sup> o Ministro Adjunto e o Ministro do Ambiente.

Lisboa, 4 de agosto de 2017

O Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão



(Nelson de Souza)

# ÍNDICE

<b>NOTA INTRODUTÓRIA.....</b>	<b>5</b>
<b>I ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS E AUTOAVALIAÇÃO .....</b>	<b>7</b>
1 Análises dos Resultados e Desvios.....	7
1.1 Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) .....	7
1.1.1 Alteração de objectivos, indicadores e metas .....	7
1.1.2 Análise dos resultados e desvios.....	9
2 Avaliação Global das Actividades .....	12
2.1 Plano de Actividades .....	12
2.2 Actividades não Previstas no Plano.....	16
2.3 Alinhamento e sustentação entre objectivos do QUAR e do Plano de Actividades .....	17
3 Afectação real e prevista dos recursos (Balanço Social, Relatório Anual de Actividades de Formação na Administração Pública (RAF) e Orçamento.....	17
3.1 Recursos Humanos .....	17
3.2 Recursos Materiais .....	19
3.3 Recursos Financeiros .....	20
3.4 Grau de realização dos programas de formação, com inclusão de indicadores e taxas ..	22
3.4.1 Relatório da formação profissional 2016.....	22
4 Satisfação dos Stakeholders Externos .....	23
5 Apreciação por parte dos dirigentes intermédios e demais trabalhadores.....	25
6 Avaliação do Sistema de Controlo Interno .....	26
7 Comparação com o Desempenho de Serviços Idênticos.....	28
8 Análise das Causas de Incumprimento e Medidas para um Reforço Positivo .....	28
<b>II OBRIGAÇÕES DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO .....</b>	<b>30</b>
9 Publicidade Institucional.....	30
10 Gestão Patrimonial .....	30
11 Medidas de Modernização Administrativa.....	31
<b>III AVALIAÇÃO FINAL .....</b>	<b>32</b>
12 Execução Global do Plano e articulação com o Programa do Governo .....	32
13 Apreciação Qualitativa e Quantitativa dos Resultados Alcançados em QUAR .....	35
14 Descrição dos Mecanismos de Participação e Auscultação dos Clientes Internos e Externos .....	36
15 Conclusões Prospectivas e Plano de Melhorias a Implementar.....	37
<b>ANEXO I - ALINHAMENTO ESTRATÉGICO .....</b>	<b>42</b>
<b>ANEXO II – BALANÇO SOCIAL E RELATÓRIO DE FORMAÇÃO .....</b>	<b>49</b>

## **FICHA TÉCNICA**

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo  
Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional

## NOTA INTRODUTÓRIA

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR) é um organismo da Administração Pública Desconcentrada que se encontra sob tutela conjunta do Ministro de Planeamento e das Infra-estruturas, em coordenação com o Ministro-adjunto, no que diz respeito à relação com as autarquias locais e, em coordenação com o Ministro do Ambiente, no que diz respeito à definição de orientações estratégicas e à fixação de objectivos nas matérias de ambiente e ordenamento do território. Os programas financiados por fundos europeus, nomeadamente no âmbito da política de coesão da União Europeia também estão sujeitos ao Ministro do Planeamento e das Infra-estruturas quanto à definição da estratégia, orientações, acompanhamento, avaliação e gestão global e operacional da execução respectiva<sup>1</sup>.

A estrutura e organização da CCDR Alentejo, foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de Outubro, actualizado mais recentemente pelo Decreto – lei n.º 24/2015, de 06/02.

De acordo com as atribuições que lhe estão cometidas, cabe à CCDR, por um lado, no seu âmbito de actuação, assegurar a prestação eficiente de serviços públicos, colocando-os na linha da qualidade e da modernização e, por outro lado, cabe-lhe estimular e promover os agentes e as actividades regionais, contribuindo para a prossecução do grande desafio da coesão do território e para o reforço da competitividade com enfoque na valorização dos recursos regionais e na promoção da inovação de modo a que o Alentejo seja uma região atractiva para a fixação de novas populações.

O presente relatório é elaborado com base na concretização e nos resultados das acções previstas no Plano de 2016 e sustenta-se em 2 vertentes operacionais:

a) Avaliação do QUAR 2016, nas suas vertentes de eficácia, eficiência e qualidade em que os resultados alcançados sustentam a apreciação qualitativa e quantitativa que suporta a menção proposta por esta CCDR, como resultado da autoavaliação, de acordo com o n.º 1 do artigo n.º 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, que estabelece o SIADAP.

b) Avaliação do Plano de Actividades 2016, concretizada na avaliação dos resultados anuais dos restantes objectivos operacionais/indicadores e actividades de suporte reportados igualmente a 31/12/2016 que também contribui para o suporte da menção proposta.

Neste contexto, o ano de 2016 foi marcado fundamentalmente pela necessidade de dar cumprimento a orientações nacionais e comunitárias, salientando-se as seguintes:

- Plena e eficaz operacionalização e gestão do Programa Operacional ALENTEJO 2020;
- Observação das dinâmicas regionais, no quadro da estratégia de desenvolvimento regional e do PORTUGAL 2020;
- Implementação da Lei de bases do ordenamento do território;
- Dinamização e sensibilização de entidades públicas e privadas e dos cidadãos em geral para o desenvolvimento sustentável, designadamente a economia circular e a adaptação às alterações climáticas;
- Intensificação da fiscalização ambiental, melhorando o planeamento e a coordenação entre as entidades com competências legais nesta área

---

<sup>1</sup> Conforme previsto no n.º 6, do artigo 24º, do Decreto-Lei n.º 251-A/2015 de 17 de Dezembro que aprovou o regime de organização e funcionamento do XXI Governo Constitucional

- Apoio técnico às autarquias locais e suas associações;
- Aprofundamento da ligação aos stakeholders externos, nomeadamente Comunidades Intermunicipais, autarquias locais, serviços desconcentrados da administração central e instituições do ensino superior;
- Reforço da coesão interna e qualificação dos recursos humanos.

A concretização das acções teve uma abordagem integrada de muitas temáticas, mediante a concretização de actividades transversais a várias unidades orgânicas, o que revela o esforço no sentido de reforçar a coesão interna da organização.

Uma referência ainda aos órgãos consultivos da CCDR Alentejo. O Conselho de Coordenação Intersectorial reuniu uma vez, para tomar conhecimento das linhas orientadoras do Orçamento Participativo para 2017 e debater propostas inerentes à sua implementação no Alentejo. Nesta reunião foi ainda apresentada a Estratégia Regional de Adaptação às Alterações Climáticas e a iniciativa GovInAlentejo. Quanto ao Conselho Regional que também reuniu uma vez, centrou-se essencialmente na apresentação do Plano Nacional de Coesão Territorial e no acompanhamento do Programa Operacional Regional Alentejo 2020.

Em síntese, pode afirmar-se que o presente relatório espelha a concretização do plano de actividades definido para o ano 2016, num quadro de Gestão por Objectivos (Estratégicos / Operacionais / Actividades/Indicadores) que orientaram, ao longo do ano, o desempenho da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, com o objectivo de dar cumprimento à sua Missão, contribuindo desta forma, para o desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial da região.

# I ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS E AUTOAVALIAÇÃO

## 1 Análises dos Resultados e Desvios

### 1.1 Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR)

A concretização da estratégia estabelecida para o exercício de 2016 para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional consubstancia-se no seu Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR e no seu Plano de Actividades). Trata-se dos dois principais suportes para a auto-avaliação das organizações, conforme consta do quadro legislativo referente ao SIADAP, designadamente a Lei nº 66-B/ 2007 de 28 de Dezembro, o Decreto-lei nº 183/96, de 27 Setembro, bem como as orientações e Notas Técnicas emanadas da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros. Assim, é da análise dos resultados do QUAR que decorre a menção avaliativa proposta pelo dirigente máximo do serviço quanto à auto-avaliação da respectiva organização.

O grau de execução do Plano de Actividades complementa a análise global do desempenho, no quadro do planeamento oportunamente efectuado, constituindo-se igualmente como um contributo relevante para a auto-avaliação da CCDR Alentejo.

Como orientação geral, procurou-se que estes instrumentos de planeamento estratégico organizacional, respondessem a uma lógica de unidade organizacional e de linearidade de objectivos entre os diversos níveis de gestão, havendo um alinhamento claro entre os mesmos.

O Quadro de Avaliação e Responsabilização e Plano de Actividades proposto para a CCDR Alentejo para 2016 foram aprovados pela tutela em 15 de Setembro de 2016.

#### 1.1.1 Alteração de objectivos, indicadores e metas

A reformulação do QUAR carece de validação prévia da SGPCM e posterior aprovação pela tutela. Os pressupostos que fundamentam a reformulação do mesmo, resultam da conjugação da alínea d) do art. 8º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro, com o disposto no ofício Circular 13/ GDG/08 da DGAEP.

Na sequência do exercício de monitorização do QUAR 2016 referente ao 3º trimestre de 2016, a CCDR Alentejo apresentou, de forma fundamentada, uma proposta de alteração da meta, tolerância e valor crítico do Indicador 4 – *Taxa de execução do POR ALENTEJO 2020*, associado ao Objectivo Operacional 3 – *Optimizar a Aplicação dos fundos Estruturais na Região*.

Esta proposta de alteração, sustentada em fundamentos supervenientes durante o ano de 2016 e não susceptíveis de previsão aquando da elaboração do QUAR e, sendo um objectivo comum a todas as CCDR'S, levou a que apenas nesta altura fosse determinante solicitar o seu ajustamento tendo no entanto, sido objecto de decisão positiva em 15-12-2016, pelo que o QUAR que se apresenta e analisa neste Relatório corresponde à versão aprovada pela tutela nesta data.

**QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO****ANO : 2016****Ministério :Ministério do Planeamento e Infraestruturas\*****Designação do Serviço: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo**

**Missão: Executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades, assim como o planeamento estratégico regional e o apoio às autarquias locais e suas associações, num quadro de sustentabilidade e de optimização dos recursos disponíveis, p**

**Objectivos estratégicos (OE):**

**OE1: Dinamizar ao nível regional as políticas de desenvolvimento nos domínios económico, social, ambiental e territorial**

**OE2: Optimizar a aplicação dos fundos comunitários atribuídos á região e de outros investimentos públicos.**

**OE3: Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento, no quadro dos planos e programas nacionais e regionais aprovados**

**OE4: Promover a cooperação e o apoio técnico às autarquias locais e suas associações**

**OE5: Dinamizar a cooperação interinstitucional no contexto nacional e internacional**

**OE6: Melhorar o desempenho organizacional e o seu reconhecimento junto dos stakeholders externos.**

**Objectivos Operacionais****Eficácia 35,0****01 Assegurar a implementação regional dos instrumentos de gestão territorial Relevante Peso: 60%**

INDICADORES	2014	2015	META 2016	Tolerância	Valor crítico	PESO	Unid.	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
1 Prazo para realização de relatório			305	10	290	100%	dias	304	100%	Atingiu

**02 Melhorar o apoio técnico às autarquias locais e suas associações Peso: 40%**

INDICADORES	2014	2015	META 2016	Tolerância	Valor crítico	PESO	Unid.	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
2 Acções de esclarecimento			3	0	4	30%	nº	3	100%	Atingiu
3 Índice de pareceres jurídicos e contabilístico-financeiros			70%	10%	87%	70%	%	81%	116%	Superou

**Eficiência 35,0****03 Otimizar a aplicação dos Fundos Estruturais na Região Relevante Peso: 60%**

INDICADORES	2014	2015	META 2016	Tolerância	Valor crítico	PESO	Unid.	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
4 Taxa de Execução do POR ALENTEJO 2020			2%	1%	5%	70%	%	1,9%	100%	Atingiu
5 Candidaturas ao POR aprovadas num prazo inferior a 55 dias			90%	9%	100%	30%	%	83%	100%	Atingiu

**04 Gerir eficazmente outros instrumentos financeiros Peso: 40%**

INDICADORES	2014	2015	META 2016	Tolerância	Valor crítico	PESO	Unid.	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
6 Prazo de análise das candidaturas			166	2	126	70%	dias	151	109%	Superou
7 Taxa de análise de pedidos de pagamento			85%	5%	100%	30%	%	90%	100%	Atingiu

**qualidade 30,0****05 Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território e do ambiente Relevante Peso: 60%**

INDICADORES	2014	2015	META 2016	Tolerância	Valor crítico	PESO	Unid.	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
8 Acções de sensibilização		13	4	1	6	100%	nº	5	100%	Atingiu

**06 Inovar nos processos de gestão interna Peso: 40%**

INDICADORES	2014	2015	META 2016	Tolerância	Valor crítico	PESO	Unid.	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
9 Medidas implementadas internamente			3	1	5	100%	nº	2	100%	Atingiu

**OBJECTIVOS MAIS RELEVANTES:**

01 Assegurar a implementação regional dos instrumentos de gestão territorial

03 Otimizar a aplicação dos Fundos Estruturais na Região

05 Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território e do ambiente

**NOTA EXPLICATIVA**

\*As atribuições da CCRR Alentejo têm o seu enquadramento legal no Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de Outubro, actualizado pelo Decreto-Lei n.º 24/2015, de 06 de Fevereiro.

Indicador 8: O número de acções é inferior ao do ano anterior por motivo de introdução de nova temática de sensibilização

Objectivo 04 refere-se a Regime de Incentivos do Estado à Comunicação Social - incentivos directos

Recursos Humanos				
Designação	Pontuação	Planeados	Realizados	Desvio
Dirigentes - Direcção superior	20	160	100	-60
Dirigentes - Direcção Intermédia e Chefes de Equipa	16	336	336	0
Técnico superior - (inclui especialistas de Informática)	12	984	1128	144
Coordenador Técnico - (inclui chefes de secção)	9	18	18	0
Assistentes Técnicos (inclui Técnicos de Informática+ Vigilantes da Natureza)	8	424	360	-64
Assistente operacional	5	60	55	-5
<b>Total</b>		<b>1982</b>	<b>1997</b>	<b>15</b>

Recursos Financeiros			
Designação	Planeados	Executados	Desvio
Orçamento de Funcionamento	4.235.995	4.025.380	-210.615
Despesas com Pessoal	3.854.375	3.709.539	-144.836
Aquisição de Bens e Serviços	337.620	272.053	-65.567
Outras Despesas Correntes	40.000	32.423	-7.577
PIDDAC	3.749.224	2.435.552	-1.313.672
Outros valores	4.000	11.365	7.365
<b>Total (OF + PIDDAC + Outros)</b>	<b>7.985.219</b>	<b>6.460.932</b>	<b>-1.524.287</b>

Indicadores	Fonte de Verificação
Ind 1	Relatório apresentado
Ind 2	Base de dados da DAI, DFLM e SGD
ind 3	Base de dados da DAI
ind 4	Balcão 2020 e SIGPOA 2020
ind 5	Balcão 2020 e SIGPOA 2020
ind 6	Base de dados do GICS
ind 7	Base de dados do GICS
ind 8	Ações realizadas
ind 9	Relatórios de acompanhamento do processo

### 1.1.2 Análise dos resultados e desvios

O QUAR de 2016 inclui 6 Objectivos Operacionais desagregados em 9 indicadores de avaliação, cujo ponto de partida são os 6 Objectivos Estratégicos que formatam o foco e informam as actividades a desenvolver pela CCDR, pelo que a análise do desempenho assenta fundamentalmente naquelas opções, tendo igualmente os recursos humanos, financeiros e materiais disponíveis para suporte dos resultados alcançados.

Dos nove indicadores, sete foram cumpridos e dois superados, não tendo sido atingida a taxa de ponto crítico em qualquer um dos resultados superados ficando assim bem demonstrada a elevada ambição das metas propostas e as inerentes dificuldades para a sua superação.

Esta situação traduziu-se de forma quantitativa numa taxa de execução QUAR de 102,5% aliás muito semelhante ao resultado do ano anterior (102,9%).

No que respeita à taxa de execução por natureza de objectivos operacionais os resultados foram:

- ◆ Eficácia: 104,5%, para o que concorreram as taxas de execução de 100%, 111,3% para os Objectivos Operacionais “Assegurar a implementação regional dos instrumentos de gestão territorial” e “Melhorar o apoio técnico às autarquias locais e suas associações” respectivamente.
- ◆ Eficiência: 102,6%, para o que concorreram as taxas de execução de 100% e 106,6% dos Objectivos Operacionais “Optimizar a aplicação dos Fundos Estruturais na Região” e “Gerir eficazmente outros instrumentos financeiros”.
- ◆ Qualidade: 100%, para o que concorreram os Objectivos Operacionais “Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território, do ambiente I”, com uma taxa de execução de 100% e “Inovar nos processos de gestão interna” com uma taxa de execução de 100%.



ambiente”. No ano de 2015, houve uma elevada abrangência regional de acções no âmbito das temáticas de ambiente e ordenamento do território, pelo que em 2016, apesar de se apostar na continuidade das acções, devido à importância e actualidade das temáticas, considerou-se que não seria necessário desenvolver um tão elevado número, optando-se por diferentes metodologias de abrangência.

Parâmetros	Objectivos	Desvios %	Tendência
Eficácia	Objectivo1	0,0%	↔
	Objectivo2	11,3%	↑
Eficiência	Objectivo3	0,0%	↔
	Objectivo4	6,6%	↑
Qualidade	Objectivo5	0,0%	↔
	Objectivo6	0,0%	↔

PARAMETROS					
AVALIAÇÃO GLOBAL					
Eficácia		Eficiência		Qualidade	
Ponderação	35	Ponderação	35	Ponderação	30
104,5%		102,6%		100,0%	

AVALIAÇÃO FINAL DA CDDR ALENTEJO		
Bom	Satisfatório	Insuficiente
102,5%		

## 2 Avaliação Global das Actividades

### 2.1 Plano de Actividades

O desempenho global da CCDRA, medido através do grau de concretização do Plano de Actividades por parte de todas as Unidades Orgânicas, situou-se nos 120 %, o que se considera um resultado compatível com a satisfação dos stakeholders externos e dos colaboradores, no quadro do planeamento estratégico organizacional efectuado (QUAR e PA para 2016) mas com um resultado superior ao resultado obtido no QUAR (102,5%).

A complexidade de tarefas e a sua exigente necessidade de articulação não foram motivo para baixar o resultado ao nível de todas as actividades da instituição.

A linearidade patente na estratégia definida pela organização para o período do exercício de 2016 encontra-se visível nos quadros apresentados no Anexo I deste documento. A metodologia de apuramento do grau de concretização tem por base os resultados alcançados, por unidade orgânica, tendo em conta o número de indicadores e os resultados dos mesmos, face às metas definidas em Plano.

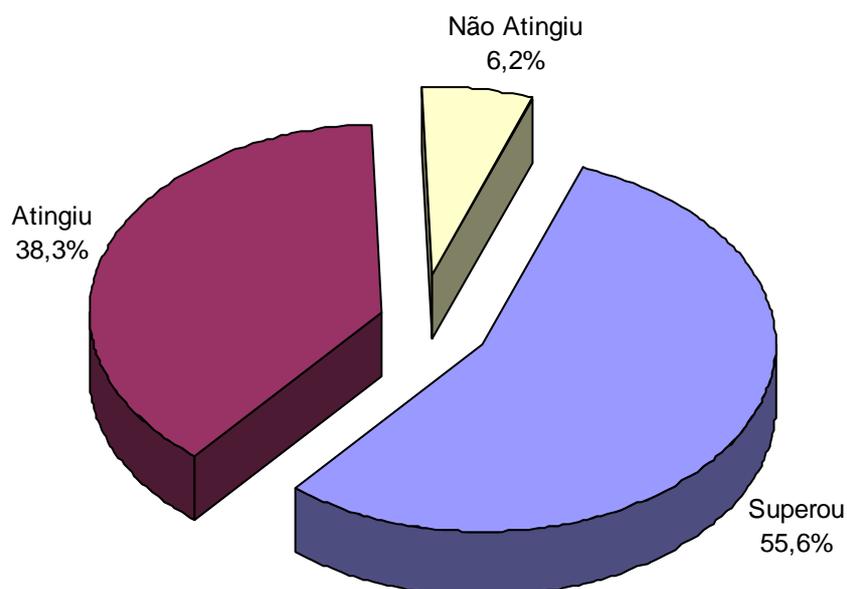
A partir dos resultados, por unidade orgânica, procedeu-se ao cálculo da média, conforme se explicita na tabela seguinte.

A avaliação das actividades na sua globalidade evidencia um grau de superação de 55,6%, o que decorre de uma gestão operacional centrada nos objectivos e nos indicadores definidos e que conta com o empenho de todos os colaboradores, dirigentes e não dirigentes, da CCDR Alentejo superando o valor alcançado no ano transacto e se analisado conjuntamente com a percentagem de actividades que “apenas” atingiram as respectivas metas (38,3%), revela um grau de execução das actividades programadas superior a 90%.

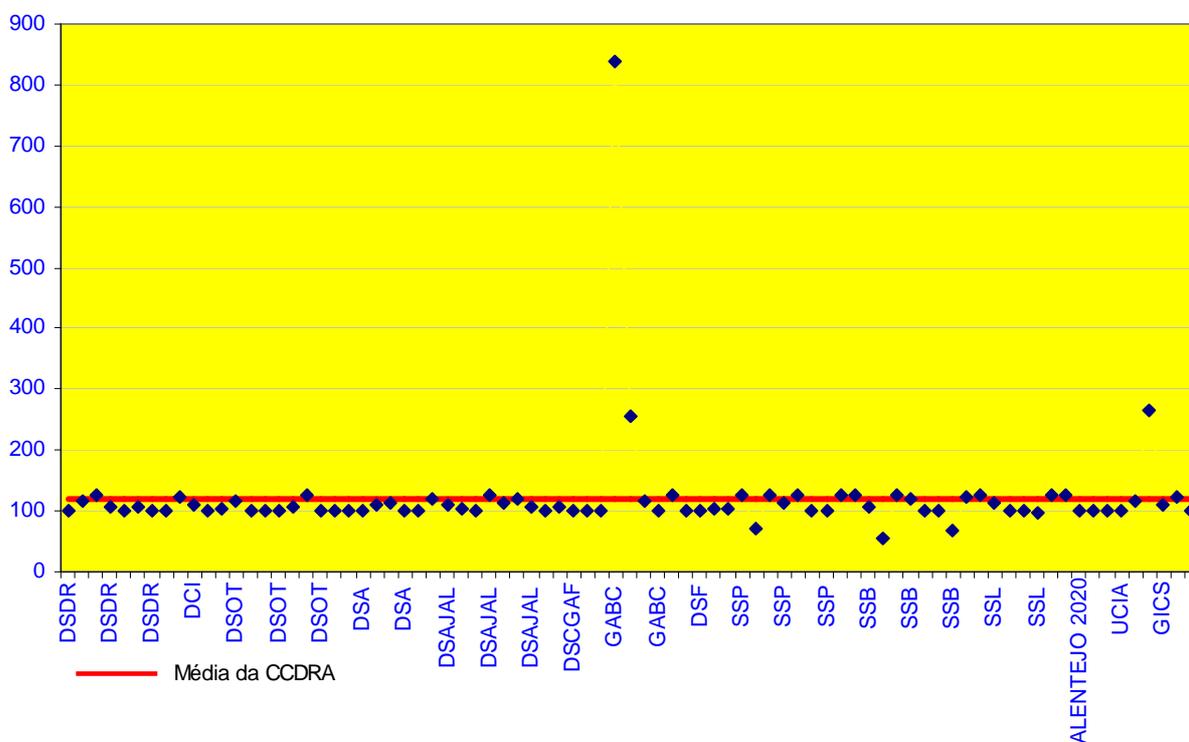
Em cinco actividades (6,2 %) não foi possível alcançar a respectiva meta ficando aquém do previsto. Tratam-se de situações fundamentalmente devido a constrangimentos ao nível da insuficiência de recursos humanos.

AVALIAÇÃO DAS ACTIVIDADES POR UNIDADE ORGÂNICA																
Avaliação	DSDR	DCI	DSOT	DSA	DSAJAL	DSCGAF	GABC	DSF	SSP	SSB	SSL	ALENTEJO 2020	UCIA	GICS	CCDRA	CCDRA (%)
Superou	4	3	3	2	9	0	3	3	6	4	4	0	1	3	45	55,6
Atingiu	3	1	6	3	1	3	1	2	2	2	2	3	1	1	31	38,3
Não Atingiu	1	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	0	0	0	5	6,2
Sem execução	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>10</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>81</b>	<b>100</b>
<b>Avaliação Média</b>	<b>106,7</b>	<b>109,5</b>	<b>105,1</b>	<b>104,3</b>	<b>110,7</b>	<b>100,0</b>	<b>327,7</b>	<b>106,3</b>	<b>112,2</b>	<b>100,1</b>	<b>112,6</b>	<b>100,0</b>	<b>108,8</b>	<b>149,3</b>	<b>120,0</b>	
<b>Desvio Médio</b>	<b>7,7</b>	<b>7,3</b>	<b>6,9</b>	<b>5,1</b>	<b>7,1</b>	<b>0,0</b>	<b>256,0</b>	<b>7,5</b>	<b>14,4</b>	<b>18,9</b>	<b>11,4</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>57,9</b>	<b>26,6</b>	
<b>Desvio Padrão</b>	<b>9,8</b>	<b>9,7</b>	<b>9,0</b>	<b>6,0</b>	<b>8,5</b>	<b>0,0</b>	<b>348,3</b>	<b>10,6</b>	<b>18,6</b>	<b>25,5</b>	<b>13,3</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>77,7</b>	<b>85,4</b>	

### GRAU DE EXECUÇÃO DAS ACTIVIDADES



### DISPERSÃO DAS ACTIVIDADES POR UNIDADE ORGÂNICA



O presente gráfico demonstra que existiu alguma homogeneidade no grau de concretização das actividades no seu todo. Contudo, o desvio padrão verificado (85,4%) demonstra alguma disparidade nos resultados alcançados. O facto de alguns indicadores apresentarem resultados muito acima do valor crítico, prova alguma deficiência no processo de delineamento das metas promovendo eventuais resultados como os apresentados para os indicadores: “Actualização do

website do Alentejo 2020”; “Publicitação nos órgãos de comunicação (anúncios)” e “Acções de divulgação realizadas”, muito superiores ao valor crítico.

Através da tabela seguinte, pode observar-se o grau de concretização do plano (94,2%), explicitando-se o índice de actividades não executadas (5,8%), sendo que estas estão devidamente identificadas.

#### Actividade Planeadas, Executadas e não Executadas

Actividades	Valor	%
Actividades Planeadas	86	100,0
Actividades Executadas	81	94,2
Actividades Não Executadas (*)	5	5,8
<b>Grau de concretização do Plano (%)</b>		<b>94,2</b>
(*) Criação on-line de formulário para recepção de candidaturas espontâneas + CV, com resposta automática formatada		
(*) Implementação de um novo sistema de gestão documental		
(*) Elaboração de newsletter CCDRA		
(*) Cooperação técnica e financeira entre a Administração Central, Autarquias Locais e suas associações e Particulares		
(*) Matriz regional de consumos energéticos		

As actividades planeadas e não executadas, constantes da tabela acima, levaram a que um conjunto de indicadores não tivesse qualquer execução por motivos externos à CCDR Alentejo, conforme consta da tabela seguinte:

#### Indicadores Sem Execução

Actividade	Indicadores	Observações	UO
Criação on-line de formulário para recepção de candidaturas espontâneas + CV, com resposta automática formatada	Prazo para implementação do formulário	Em 2016 foi desenvolvido o sistema, sendo que a sua implementação só será possível em 2017.	<b>DSCGAF</b>
Implementação de um novo sistema de gestão documental	Prazo para implementação após adjudicação	A solução de um novo SGD passou por um conjunto de procedimentos que se prolongaram no tempo mais que o previsto, sendo que já existe candidatura aprovada para financiar a aquisição de um novo sistema. Apesar dos desenvolvimentos já efectuados, devido ao prolongamento dos prazos nos vários procedimentos, não foi ainda possível concretizar a adjudicação.	<b>DSCGAF</b>
	Acções de formação desenvolvidas no âmbito do novo SGD	A implementação de um novo SGD, que incorpore novas funcionalidades, é um processo que necessita de uma cuidada avaliação sobre os sistemas existentes e uma análise comparativa de forma a que o sistema que venha a substituir o actual permita satisfazer as actuais necessidades dos serviços e que os seus custos, de aquisição e manutenção, sejam tão baixos quanto possível. Só fará sentido fazer a formação após a adjudicação de um novo sistema.	<b>DSCGAF</b>

Actividade	Indicadores	Observações	uo
Elaboração de newsletter CCDRA	Newsletter editadas	Por questões de estratégia e organizacionais a newsletter não foi editada. No Relatório de Actividades de 2016 para o Gabinete de Comunicação estava prevista a elaboração de seis newsletters. Em Março de 2016 foi iniciado um processo de reestruturação do Gabinete de Comunicação, reestruturação essa que iria provocar algumas alterações na elaboração da Newsletter, pelo que ficou decidido que esta só seria feita depois da reestruturação, a qual ficou concluída no início de 2017, não tendo assim sido elaborada nenhuma das seis newsletters previstas para 2016	<b>GABC</b>
Cooperação técnica e financeira entre a Administração Central, Autarquias Locais e suas associações e Particulares	Grau de execução sub-regional de programas de financiamento	Esta actividade deixou de fazer parte das atribuições do SSB.	<b>SSB</b>
Matriz regional de consumos energéticos	Praza para elaboração do documento metodológico	Esta actividade não teve desenvolvimentos no 2º semestre por não ter sido possível afectar recursos financeiros para a concretização da parceria com a Universidade de Évora e com outras entidades, nomeadamente com as CIM, com as Agências Regionais de Energia e com a DGEG, tal como estava previsto na concepção da iniciativa	<b>DSDR</b>
	Praza para elaboração do primeiro relatório		<b>DSDR</b>

No campo Observações foram descritos os respectivos motivos para os quais tal situação se verificou. Como metodologia de monitorização foi decidido que os indicadores para os quais não ocorreu qualquer realização por motivos externos, os mesmos não contribuiriam para a taxa de realização da Unidade Orgânica respectiva.

A tabela seguinte evidencia os indicadores com taxa de realização superior a 125%.

#### Indicadores /Taxa de Realização

Relatório de Actividades 2016 - Indicadores / Taxa de Realização		
Indicadores	Valor	%
Total Indicadores	141	100,0
Com Taxa de Realização Superior a 125%	9	6,4
Com Taxa de Realização Inferior ou igual a a 125%	132	93,6
<b>Indicadores com Taxa de Realização Superior a 125%</b>		<b>6,4</b>
Notas / comunicados de imprensa divulgadas	132,5	GABC
Índice sub-regional de resposta aos reclamantes num prazo de 30 dias	133,3	SSL
Índice sub-regional de resposta aos reclamantes num prazo de 30 dias	133,3	SSP
Praza para elaboração do relatório regional (2015)	136,4	DSF
Praza para elaboração de relatório sub-regional sobre os resultados desta actividade em 2015	137,5	SSB
Eventos	187,5	GABC
Acções de divulgação realizadas	265,0	GICS
Publicitação nos órgãos de comunicação (anúncios)	500,0	GABC
Visitas ao website do Alentejo 2020	839,7	GABC

A análise dos indicadores com histórico evidencia que, comparativamente com 2014 e 2015, não ocorreram situações de desempenho inferiores a 100% embora em algumas situações se tenham verificado quebras nas taxas de realização. Em contrapartida, noutros casos foram verificados resultados superiores.

#### Taxa de Execução dos Indicadores com Histórico – Evolução 2014/2015

Indicadores	Avaliação 2014	Avaliação 2015	Avaliação 2016
Boletins editados	125	125	125
Prazo para monitorização trimestral do QUAR	100	125	100
Prazo para elaboração do Relatório de Actividades e Auto-avaliação de 2014	92	100	100
Taxa de classificação e catalogação dos documentos recebidos (em qualquer formato)	125	117	100
Taxa de execução=montante financeiro executado pelos beneficiários do Alentejo / montante financeiro aprovado aos mesmos beneficiários x 100	124	125	100
Taxa de antecipação do prazo de decisão no âmbito da gestão de processos de avaliação de impacte ambiental de projetos	125	100	100
Índice de resposta de pareceres jurídicos às autarquias locais e suas associações - (Nº total de pareceres emitidos / Nº de pedidos de parecer recebidos em 2015) X 100	115	100	116
Nº de notas de imprensa enviadas.	128	100	133
Taxa de verificações no local na sequência de reclamações/denúncias recebidas em matéria de ambiente/ordenamento do território	100	100	100
Taxa de execução financeira do PO (encerramento do atual Quadro Comunitário)	96	100	100
Actualização trimestral do site da CCDR	123	100	100
Prazo para monitorização semestral do PA	78	390	100
Nº de notas de imprensa publicadas na Comunicação Social nacional.	100	100	100
Acções de sensibilização	-	100	100

## 2.2 Actividades não Previstas no Plano

O Decreto-Lei nº 137/2014 de 12 de Setembro, que regulamenta o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento para o período 2014/2020, nos seus artigos 59º e 60º, veio cometer à CCDR Alentejo um conjunto de competências no âmbito do acompanhamento das dinâmicas regionais, prevendo em simultâneo a existência de uma Estrutura de Missão designada de “Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais”, cuja criação foi promovida pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de Dezembro.

Este órgão foi implementado na CCDR Alentejo em Maio de 2016, pelo que foi desenvolvido um conjunto de actividades, no âmbito do acompanhamento dos efeitos regionais das políticas públicas e dos respectivos instrumentos de execução, em especial, dos decorrentes das operações que são objecto de financiamento pelos diversos PO na região, não sendo aqui avaliadas de forma mais detalhada por não constarem no Plano de Actividades de 2016.

## 2.3 Alinhamento e sustentação entre objectivos do QUAR e do Plano de Actividades

Além do alinhamento entre objectivos do QUAR e do Plano, representado na tabela abaixo, apresenta-se também, complementarmente, o alinhamento das actividades com os respectivos objectivos estratégicos e por sua vez com os operacionais identificando as unidades orgânicas responsáveis pela sua concretização, conforme consta das tabelas do anexo nº 1.

Alinhamento entre Objectivos Estratégicos do QUAR e Plano de Actividades

Objectivos Estratégicos					
OE 1 - Dinamizar ao nível regional as políticas de desenvolvimento nos domínios económico, social, ambiental e territorial	OE 2 - Optimizar a aplicação dos fundos comunitários e de outro investimento público atribuídos à região	OE 3 - Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento, no quadro dos planos e programas nacionais e regionais aprovados	OE 4 - Promover a cooperação e o apoio técnico às autarquias locais e suas associações	OE 6 - Melhorar o desempenho organizacional e o seu reconhecimento junto dos stakeholders externos	
Objectivos Operacionais					
Avaliar a implementação regional dos instrumentos de gestão territorial	Optimizar a aplicação dos Fundos Estruturais na Região	Gerir eficazmente outros instrumentos financeiros	Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território e ambiente	Melhorar o apoio técnico às autarquias locais e suas associações	Inovar nos processos de gestão interna
Actividades do Plano					
<ul style="list-style-type: none"> <li>➢ Apoio técnico em matéria de gestão e aplicação de instrumentos de ordenamento do território</li> <li>➢ Articulação dos instrumentos de gestão territorial com os novos diplomas da reforma do ordenamento do território</li> <li>➢ Avaliação sumária do PROT Alentejo à luz da nova Lei de Bases (análise crítica da implementação das orientações e directrizes do modelo territorial e identificação de procedimentos)</li> <li>➢ Enquadramento técnico de iniciativas/acções específicas nos Instrumentos de Gestão Territorial aplicáveis</li> <li>➢ Gestão do regime jurídico da restrição de utilidade pública REN</li> <li>➢ Participação na gestão do regime jurídico da RAN</li> <li>➢ Tratamento de informação com vista à consolidação do SIG Regional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➢ Desempenho do Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013</li> <li>➢ Desempenho do Programa Operacional Regional do Alentejo 2020</li> <li>➢ Gestão estratégica e operacional do Interreg V A 2014-2020</li> <li>➢ Gestão estratégica e operacional do POCTEP 2007-2013</li> <li>➢ Participação na apreciação das candidaturas aos Sistemas de Incentivos no âmbito do Portugal 2020</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➢ Cooperação técnica e financeira entre a Administração Central, Autarquias Locais e suas associações e Particulares</li> <li>➢ Regime de Incentivo do Estado à Comunicação Social</li> <li>➢ Regime de Incentivos do Estado à comunicação social - Incentivos Directos</li> <li>➢ Regime de Incentivos do Estado à leitura de publicações periódicas de âmbito regional e local - Porte Pago</li> <li>➢ Relatório Anual de Execução dos Regimes de Incentivos do Estado à Comunicação Social de âmbito regional e local</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➢ Sensibilização de instituições e cidadãos para adaptações às alterações climáticas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➢ Acompanhamento da evolução financeira das autarquias locais</li> <li>➢ Acompanhar a execução do Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL/SNC)</li> <li>➢ Apoio técnico às autarquias locais e suas associações</li> <li>➢ Iniciativas de descentralização e de capacitação da Administração Local e entidades particulares</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➢ Implementação de um novo sistema de gestão documental</li> <li>➢ Processo de Certificação da Qualidade da CCDD Alentejo</li> </ul>
<p>○ Actividades a avaliar pelos indicadores previstos nos objectivos operacionais do QUAR</p>					

## 3 Afecção real e prevista dos recursos (Balanço Social, Relatório Anual de Actividades de Formação na Administração Pública (RAF) e Orçamento

### 3.1 Recursos Humanos

Conforme se constata no QUAR e de acordo com os pontos fixados pelo CCAS em cada cargo/carreira profissional, os recursos humanos planeados totalizavam 1982 pontos, tendo a execução atingido 1997, pelo que se verificou um desvio positivo de 15 pontos. Este acréscimo corresponde a um saldo entre 2 saídas de efectivos e 4 admissões havendo o acréscimo efectivo de 2 trabalhadores, a que corresponde uma taxa de execução de 100,76%.

As situações de “Mobilidade Interna” constituem-se como o principal factor de acréscimo de efectivos, enquanto que nas saídas o factor principal diz respeito a “Outros Motivos”.

## Variação de efectivos – 2016

Saídas	HM	%
Outros motivos	2	
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>0,0</b>
Admissões	HM	%
Comissão de Serviço	1	25,0
Mobilidade interna	3	75,0
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>100,0</b>

Efectivos	HM	%
1 de Janeiro de 2016	176	
31 de Dezembro de 2016	178	
<b>Alteração em 2016</b>	<b>2</b>	<b>1,1</b>

Relação Jurídica	HM	%
CT em FP por tempo indeterminado	125	70,2
CT em FP por termo resolutivo incerto	32	18,0
Comissões de Serviço	21	11,8
<b>Total</b>	<b>178</b>	<b>100,0</b>

Para melhor concretizar a situação dos recursos humanos no ano 2016, e conforme se constata no Balanço social, em anexo, a estrutura orgânica da CCDR Alentejo conta com 178 colaboradores. Destes, (i) 125 têm Contrato em Funções Públicas por Tempo Indeterminado (70,2%), (ii) 32 têm Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto (18%) e (iii) 21 encontram-se em regime de Comissão de Serviço/Substituição/Gestão Corrente (11,8%). Há ainda a considerar duas trabalhadoras em regime de tarefa, sendo que uma está a exercer funções no Serviço Sub-regional de Beja e a outra no de Portalegre.

A repartição de género dos recursos humanos apresenta uma maioria para as mulheres, mais 22 elementos, que viram a sua proporção acrescida desde o último ano, (56.2 vs. 55.1%, em 2016 e 2015, respectivamente).

## Efectivos Segundo o Sexo

Sexo	Valor	%
<b>Homens</b>	78	43,8
<b>Mulheres</b>	100	56,2
<b>Total</b>	<b>178</b>	<b>100,0</b>

A estrutura etária dos recursos humanos caracteriza-se por uma elevada idade média (52.4 anos), com tendência crescente, evidenciando um valor ligeiramente maior nos homens (52.8 vs 52,2 anos). A idade média dos efectivos da CCDR Alentejo subiu ligeiramente sobretudo à custa da subida do número de mulheres com idade entre os 55 e os 59 anos.

Em termos gerais, a maior ocorrência continua a registar-se nas idades compreendidas entre os 50 e os 54 anos (23%).

## Efectivos Segundo a estrutura etária

<b>Idades</b>	<b>Homens</b>	<b>%</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
25-29 anos		0,0	0	0,0		0,0
30-34 anos		0,0	2	2,0	2	1,1
35-39 anos	6	7,7	3	3,0	9	5,1
40-44 anos	10	12,8	18	18,0	28	15,7
45-49 anos	11	14,1	14	14,0	25	14,0
50-54 anos	18	23,1	23	23,0	41	23,0
55-59 anos	14	17,9	25	25,0	39	21,9
60-64 anos	17	21,8	10	10,0	27	15,2
65-69 anos	2	2,6	5	5,0	7	3,9
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>100,0</b>	<b>100</b>	<b>100,0</b>	<b>178</b>	<b>100,0</b>
<b>Idade Média (anos)</b>	<b>52,8</b>		<b>52,2</b>		<b>52,4</b>	

A estrutura das qualificações aponta para um elevado grau de qualificações profissionais, com preponderância para a carreira técnica superior (53.9%), seguida a distância considerável pelos assistentes técnicos (20.8%), tendo o grupo dos técnicos superiores aumentado em percentagem face ao ano anterior, o que representa uma maior qualificação relativa dos funcionários da CCDR.

O grupo dos dirigentes intermédios (9.6%) diminuiu ligeiramente face a 2015 (0.1%).

De realçar a preponderância do sexo masculino ao nível do grupo dos dirigentes, com uma representação de quase 100% superior, em particular no caso dos dirigentes superiores onde em 5 lugares apenas um é assegurado por mulher, sendo que no global, há uma preponderância de mulheres na organização (56,2%).

Distribuição do Pessoal por Grupo Profissional

<b>Grupo Profissional</b>	<b>Homens</b>	<b>%</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Dirigente Superior	4	5,1	1	1,0	5	2,8
Dirigente Intermédio	10	12,8	7	7,0	17	9,6
Técnico Superior	40	51,3	56	56,0	96	53,9
Coordenador Técnico	0	0,0	2	2,0	2	1,1
Assistente Técnico	11	14,1	26	26,0	37	20,8
Vigilante da Natureza	3	3,8	1	1,0	4	2,2
Assistente Operacional	5	6,4	6	6,0	11	6,2
Informático	5	6,4	1	1,0	6	3,4
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>100,0</b>	<b>100</b>	<b>100,0</b>	<b>178</b>	<b>100</b>

### 3.2 Recursos Materiais

A CCDRA ocupa os seguintes edifícios: (i) o Edifício Sede (Évora) c/ 8.800m<sup>2</sup>, (ii) o Edifício Serviços Sub-regionais de Beja c/ 820m<sup>2</sup>, (iii) o Edifício Serviços Sub-regionais de Portalegre c/ 130m<sup>2</sup> e o Edifício dos Serviços Sub-regionais do Litoral (Santo André) c/ 1950m<sup>2</sup>.

Apraz referir a centralidade dos Edifícios que servem os Serviços Sede e os Serviços Sub-regionais (SSR) de Beja e Portalegre. No que concerne a áreas ocupadas é de mencionar que o Edifício Sede e o dos SSR Portalegre apresentam uma relação de equilíbrio entre as áreas

ocupadas e o nº de trabalhadores que as ocupa. No que se refere ao SSR Beja e ao SSR Litoral as áreas dos edifícios ultrapassam as necessidades dos Serviços.

Quanto ao edifício sede, localizado na Av Eng<sup>o</sup> Arantes e Oliveira, 193 em Évora, tem o 1<sup>o</sup> piso totalmente ocupado pelos serviços inerentes ao funcionamento das diversas unidades orgânicas, o rés do chão, repartido pelos serviços administrativos e pelos serviços regionais da APA e o 2<sup>o</sup> andar ocupado pela Presidência e a estrutura do PO Regional do Alentejo.

A DSCGAF assegura o suporte a toda a infra-estrutura informática, que engloba a rede informática, servidores, e demais equipamentos informáticos. Assegura ainda o apoio aos sistemas informáticos e páginas web.

Existem 266 equipamentos informáticos (240 computadores fixos, 20 portáteis e 6 híbridos). Quanto a estes, na generalidade, pode considerar-se que são adequados para as necessidades dos postos de trabalho que servem, sendo que tem havido a preocupação em dotar os postos de trabalho com equipamentos que se adequem, em termos de desempenho, às respectivas necessidades.

O Centro de Dados da CCDRA encontra-se localizado em espaço próprio e fora do edifício da CCDRA, de forma a permitir a segurança dos dados/informação.

O parque automóvel é constituído por 18 viaturas e caracteriza-se fundamentalmente pelo seu elevado número de anos (só três viaturas têm menos de 10 anos, sendo que 5 têm mais de 20 anos) e pelo elevado número de kms percorrido (nalguns casos acima de 500 000Kms e outros mesmo acima de 1 000 000 Kms).

### **3.3 Recursos Financeiros**

Em termos globais, o orçamento aprovado para o ano de 2016 foi de 7 985 219 euros, tendo o valor executado ficado em 6 460 932 euros, o que significa que o valor global da despesa foi inferior ao previsto em 1 524 287 euros.

Ao analisar-se a estrutura da despesa, conclui-se que o valor das despesas com pessoal assume o maior peso no orçamento de funcionamento, correspondendo a cerca de 92% do mesmo e a cerca de 57% do total do orçamento.

De referir que as despesas referentes ao orçamento PIDDAC têm um peso de cerca de 38% no valor global da despesa. De salientar o facto de se ter verificado uma arrecadação de receita própria e receita de FEDER inferiores aos valores previstos em orçamento, pelo que a CCDRA para compensar esta situação teve que recorrer, além da integração de saldos do ano anterior e a um reforço por via da gestão flexível do Ministério, para conseguir fazer face à totalidade das despesas com pessoal.

Os desvios de despesa, face ao orçamento inicial, verificaram-se quer no orçamento de funcionamento, quer no PIDDAC.

De referenciar ainda o desvio negativo na Aquisições de Bens e Serviços que se deveu essencialmente ao enfoque dos cativos nesta rubrica, não tendo a totalidade da verba orçamentada sido utilizada em despesa efectiva.

Para melhor explicitação da despesa e dos desvios, por rubrica orçamental, segue a seguinte tabela:

## Orçamento Planeado, Executado e respectivo desvio

Unidade: euros

Designação	Planeados	Executados	Desvio
Orçamento de Funcionamento	4.235.995	4.025.380	-210.615
Despesas com Pessoal	3.854.375	3.709.539	-144.836
Aquisição de Bens e Serviços	337.620	272.053	-65.567
Outras Despesas Correntes	40.000	32.423	-7.577
PIDDAC	3.749.224	2.435.552	-1.313.672
Outros valores	4.000	11.365	7.365
<b>Total (OF + PIDDAC + Outros)</b>	<b>7.985.219</b>	<b>6.460.932</b>	<b>-1.524.287</b>

De salientar que o valor planeado é o valor inicial do orçamento sem cativos.

No respeitante ao PIDDAC, o desvio negativo de €1 313 672,00 é considerável mas é explicado porque dos 11 projectos inseridos em orçamento, somente 2 registaram execução, sendo que praticamente a quase totalidade do valor executado de €2 394 996,36 pertence à candidatura da Assistência Técnica ao Programa Operacional Regional do Alentejo – Alentejo 2020, sendo a restante verba executada no valor de €40 555,49 por conta da candidatura comunitária entretanto aprovada “IDE Alentejo – (Inovação, Desenvolvimento e Eficácia na CCDR Alentejo)”.

Dos restantes projectos sem orçamento, 2 obtiveram candidatura comunitária aprovada, mas não registaram execução, um deles em virtude dos atrasos dos vários pareceres prévios aos procedimentos concursais e outro pela tardia aprovação da candidatura mesmo no final do ano; 3 relativos aos 2 Gabinetes de Iniciativa Transfronteiriça e à Assistência Técnica INTERREG V-A registaram as candidaturas comunitárias submetidas e que não foram aprovadas, no decorrer do ano 2016; 1 projecto com candidatura comunitária submetida (SUDOE-SMISS) viu a mesma reprovada, e os restantes 2 projectos com a designação de “Projectos a candidatar”, aguardaram por parte da CCDRA candidaturas aos Programas Operacionais, o que não sucedeu.

## Evolução orçamental

Unidade: Euros

DESPESA	2014	2015	2016
<b>Orçamento de Funcionamento Geral</b>			
Remunerações certas e permanentes	2.570.696	2.771.295	2.957.735
Abonos variáveis ou eventuais	115 615	46 184	34 096
Segurança Social	714 771	682 529	717 708
Aquisição de bens	29 979	33 983	29 593
Aquisição de serviços	199 712	179 538	242 458
Transferências correntes	6 666	11 246	27 881
Outras despesas correntes	4 339	3 419	4 543
Reserva	0	0	0
Aquisição de bens de capital	7 639	3 528	11 366
<b>Total do Orçamento de Funcionamento (1)</b>	<b>3 649 417</b>	<b>3 731 722</b>	<b>4 025 380</b>
<b>Total do Orçamento PIDDAC (2)</b>	<b>2 858 056</b>	<b>2 825 754</b>	<b>2 435 552</b>
<b>TOTAL GERAL (1+2)</b>	<b>6 507 473</b>	<b>6 557 476</b>	<b>6 460 932</b>

Não obstante as condicionantes administrativas e legais existentes, o Orçamento de Funcionamento do lado da despesa, ao longo dos 3 anos regista uma evolução positiva no sentido de uma maior execução, situação explicada fundamentalmente pelo acréscimo de despesas com pessoal, resultantes de processos de mobilidade, mas sobretudo no último ano pelo processo de restituição parcial e faseada dos vencimentos.

Quanto às aquisições de bens e serviços, transferências, outras despesas correntes e despesas de capital, no computo global, excepção das transferências, registaram uma quebra em 2015 resultante de medidas de contenção aplicadas, no entanto em 2016 voltaram a subir motivado sobretudo pela assunção de compromissos em Funcionamento relativos a despesas da cooperação transfronteiriça, dado que as respectivas candidaturas comunitárias não foram aprovadas e também pelos pagamentos das verbas trimestrais relativas ao princípio da onerosidade pagas pela primeira vez em 2016.

Quanto à receita registou uma evolução positiva ao longo dos 3 anos motivada sobretudo pelo aumento do plafond de receitas gerais relativamente a 2014 e acréscimo de receitas comunitárias. Quanto à receita própria registou um aumento entre 2014 e 2015 para depois ter uma quebra substancial em 2016. Esta oscilação da receita própria é explicada pela entrada de verbas da Taxa de Gestão de Resíduos, principal fonte de receita da CCDRA, e que em 2016 após alterações legislativas e aplicação integral do seu regulamento, decresceu bastante, prevendo-se, tendo em conta os objectivos da mesma, que esta orientação se mantenha no sentido de ser cada vez menor a arrecadação deste tipo de receita.

Quanto ao PIDDAC os anos de 2014 e 2015 não revelam grandes alterações, sendo a sua execução relativa praticamente às candidaturas das Assistências Técnicas ao Programa Operacional e POCTEP e Gabinetes de Iniciativa Transfronteiriça. Em 2016 e como já referido a execução refere-se na quase totalidade, à Assistência Técnica do Programa Operacional e de uma outra candidatura comunitária entretanto aprovada.

No que respeita à receita, e sobretudo receita comunitária esta apresenta um acréscimo significativo no ano de 2015 motivado pelo encerramento do Quadro Comunitário - QREN, que levou ao encerramento de variados projectos dentro de um timing previsto, com o consequente recebimento das verbas totais ainda pendentes.

### **3.4 Grau de realização dos programas de formação, com inclusão de indicadores e taxas**

#### **3.4.1 Relatório da formação profissional 2016**

Elaborado no final de 2015, o Plano de Formação da CCDR Alentejo para 2016, por questões de diversa ordem sofreu algumas alterações, não tendo sido possível cumprir 5 das 8 acções planeadas, nomeadamente:

- 2 de informática em LIBREOFFICE
- 1 do QCA 2014-2020 – Fundos Comunitários
- 1 de Gestão Documental
- 1 de Gestão e Planeamento

Em contrapartida, foram realizadas na CCDRA outras 7 acções, nomeadamente:

- Área Protocolar - “Cerimonial e Protocolo na Administração Pública”
- Área Jurídica - “Regime Jurídico das Comunidades Intermunicipais, Municípios e Freguesias”
- Área da Qualidade - “Implementação de Sistemas de Gestão da Qualidade”
- Área da Higiene e Saúde - “Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho”
- Área de Informática - Esclarecimento de Dúvidas QGIS
- Área da Segurança - “Formação da Equipa de Emergência Interna da CCDR Alentejo”
- Área da Qualidade - “Qualificação de Auditores Internos da Qualidade ISO 9001:2015”

Estas formações pautaram-se por uma diversificação ao nível das temáticas, escolhida em prol da satisfação dos trabalhadores da CCDRA, tendo sido complementadas com as acções de formação externas frequentadas por alguns colaboradores.

Para o ano de 2017 dever-se-á continuar a trabalhar sempre com o intuito de proporcionar uma formação diversificada, quer interna, quer externa, que satisfaça as necessidades formativas dos colaboradores da CCDRA. A CCDRA não organiza formação específica para o exterior, mas pode convidar entidades externas a participarem nas acções que promove.

O Plano teve uma taxa de realização de cerca de 87,5%. Numa perspectiva de contenção de despesa, os formadores previstos eram essencialmente formadores internos e o público-alvo seriam os Quadros Dirigentes, os Técnicos Superiores, os Assistentes Técnicos e os Assistentes Operacionais, tendo como especial característica a abrangência a todos os grupos profissionais que exercessem funções nesta CCDRA. O número de formandos previstos era de 128, tendo frequentado as acções cerca de 112, o que representa uma taxa de participação de cerca de 87,5%.

No entanto, 69 trabalhadores da CCDRA participaram num universo de 29 acções de formação promovidas por outras entidades, o que correspondeu a uma despesa de 18 541 euros.

Nº de trabalhadores da CCDRA que participaram em acções de formação profissional, por cargo, carreira, grupo e género

Quadro/carreira/grupo	Género				Total		Taxa de Participação
	Masculino		Feminino		E (1)	P (2)	(2) / (1) *100
	E	P	E	P			
Dirigente Superior de I Grau	1	0	0	0	1	0	0%
Dirigente Superior de II Grau	1	1	0	0	1	1	100%
Vogal Executivo	1	0	0	0	1	0	0%
Secretário Técnico	1	0	1	1	2	1	50%
Dirigente Intermédio de I Grau	3	1	2	2	5	3	60%
Dirigente Intermédio de II Grau	7	1	5	3	12	4	33%
Coordenador	1	0	3	0	4	0	0%
Técnico Superior	39	14	53	31	92	45	48,91%
Especialista de Informática	2	2	0	0	2	2	100%
Coordenador Técnico	0	0	2	1	2	1	50%
Assistente Técnico	11	1	26	12	37	13	35,13%
Técnico de Informática	3	1	1	0	4	1	25%
Vigilante da Natureza	3	0	1	1	4	1	25%
Assistente Operacional	5	1	6	0	11	1	20%
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>22</b>	<b>100</b>	<b>51</b>	<b>178</b>	<b>73</b>	<b>39,88%</b>

E – Nº de efetivos em 31 de Dezembro de 2016 P – Nº de trabalhadores que frequentaram acções de formação

#### 4 Satisfação dos Stakeholders Externos

De acordo com o previsto na alínea a) do nº 2 do artigo 15 da Lei nº 66-B/2007-alterada pelas Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro e pela Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro, a CCDR Alentejo dirigiu um inquérito ao universo dos seus “stakeholders” externos com contactos directos com a organização durante o ano de 2016 e para os quais se possuía o endereço electrónico (490), tendo como objectivo conhecer o seu grau de satisfação. Estes “stakeholders” são de tipologia diversa, nomeadamente: entidades da administração central e local, associações, empresas, cidadãos e fornecedores.

O inquérito elaborado é constituído por grupos de questões que visam fundamentalmente conhecer a avaliação quanto à qualidade e à quantidade dos serviços prestados, sendo para o efeito estruturado em torno das seguintes temáticas: (i) imagem global da organização; (ii) envolvimento e participação; (iii) acessibilidade e (iv) produtos e serviços.

A escala de avaliação foi definida de 1 a 5, a que correspondem os níveis de satisfação/opinião qualitativas de: não satisfatório; a melhorar; satisfatório; bom e excelente.

Este questionário foi realizado entre 06 de Março e 21 de Março de 2017 e foram obtidas 81 respostas, a que corresponde uma taxa de 16,5%, tendo assim, reduzido a taxa de respostas face ao ano anterior (19,5%).

O grau de satisfação foi avaliado pela média aritmética dos valores obtidos para cada questão.

O nível global de satisfação foi de 3,8, o que sendo bastante positivo, representa igualmente um caminho de melhoria que importa percorrer. Neste contexto, destacam-se como aspectos mais valorizados: a cortesia dos colaboradores, as condições de recepção e atendimento, a satisfação com a gestão de programas com financiamento nacional ou comunitário e a acessibilidade aos serviços da CCDR.

Sendo os “clientes” da CCDR fundamentalmente de natureza institucional, regista-se igualmente o grau de satisfação por tipologia de stakeholders: Serviços da Administração Local - 3,9 não se registando respondentes válidos na tipologia: Serviços da Administração Central; Empresas - 3,7; Associações - 3,7; Fornecedores 4,4; Cidadãos - 3,7.

### Inquérito à Satisfação Dos Utilizadores dos Serviços da CCDR Alentejo

#### INQUÉRITO À SATISFAÇÃO DOS UTILIZADORES DOS SERVIÇOS DA CCDR ALENTEJO - QUAR

Nível de satisfação	
Tipo de Respondente	Média escala 1 a 5
<b>TOTAL CCDR ALENTEJO</b>	<b>3,8</b>
<b>Administração Central</b>	*
<b>Administração Local</b>	<b>3,9</b>
<b>Associações</b>	<b>3,7</b>
<b>Empresas</b>	<b>3,7</b>
<b>Fornecedores</b>	<b>4,4</b>
<b>Cidadãos</b>	<b>3,7</b>

\* Não se registaram respondentes válidos nesta tipologia

#### Inquérito à satisfação dos utilizadores dos serviços da CCDR Alentejo - 2016

Ficha técnica			
DESIGNAÇÃO	Universo	Respostas	%
<b>Universo</b>	<b>490</b>	<b>81</b>	<b>16,5</b>
Administração Central	20	1	5,0
Administração Local	73	21	28,8
Associações	28	8	28,6
Empresas	121	25	20,7
Fornecedores	115	9	7,8
Cidadãos	133	17	12,8
<b>Não Respostas</b>		<b>409</b>	<b>83,5</b>

Inquérito realizado entre 06-03-2017 e 21-03-2017

De referir que não se apresenta a evolução histórica dos resultados porque o inquérito não contém as mesmas questões que o inquérito feito em anos anteriores, não sendo possível comparar resultados.

No que respeita a sugestões e reclamações, a CCDR Alentejo tem uma política de valorização destas iniciativas, considerando-as como oportunidades de melhoria, pelo que tem como princípio dar-lhes um tratamento atencioso, responsável, transparente e com brevidade, criando deste modo uma relação mais estreita e de maior confiança com quem as formulou.

Para o efeito, envolve e sensibiliza os colaboradores na temática das questões colocadas e desenvolve as medidas necessárias à sua correcção, se for caso disso, melhorando também assim a qualidade do serviço prestado.

No ano de 2016, no que respeita especificamente ao «Livro Amarelo», não foram registadas quaisquer reclamações, havendo indicadores sobre a evolução desta temática, nomeadamente

(i)nº de reclamações registadas no «livro amarelo», (ii) taxa de decisões sobre reclamações ou críticas, (iii) taxa de sugestões acolhidas (nº de sugestões acolhidas/nº de sugestões entradas) \*100, tendo os mesmos, resultado zero, situação idêntica em 2015.

Não foi contudo implementada a iniciativa anunciada no âmbito do Relatório de actividades de 2015, no sentido de disponibilizar mais um canal para acolher este tipo de iniciativas, mediante a disponibilização na INTRANET e no site de uma funcionalidade específica para o efeito, objectivo que continua presente.

## 5 Apreciação por parte dos dirigentes intermédios e demais trabalhadores

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, envolveu todos os seus dirigentes intermédios e demais trabalhadores no processo de autoavaliação (incluindo os serviços Sub-regionais de Beja, Portalegre, Litoral Alentejano e a unidade de missão do Programa Operacional Regional), tendo realizado um inquérito anónimo por questionário para avaliar do seu grau de satisfação, pois considera-se que este é um elemento relevante para um bom desempenho da organização. Neste sentido, foi solicitado aos grupos de dirigentes e de não dirigentes que respondessem a um conjunto de questões no âmbito das seguintes temáticas (i) Avaliação da situação profissional, (ii) Avaliação do funcionamento do serviço/departamento, (iii) Avaliação da política de recursos humanos, (iv) Avaliação do envolvimento com a organização e (v) Avaliação global da organização.

Estas temáticas foram desagregadas em 25 questões que foram seleccionadas de um universo de práticas organizacionais que representam boas práticas conhecidas sobre o assunto, bem como em cada um dos grupos foram solicitadas sugestões de melhoria.

A escala de avaliação foi definida de 1 a 5, a que correspondem os níveis de satisfação qualitativos de: Discordo Totalmente, Discordo Parcialmente; Concordo; Concordo Muito.

O grau de satisfação foi avaliado pela média aritmética dos valores obtidos para cada questão.

O tratamento da informação foi realizado em programa específico de análise de dados (SPSS), com utilização de estatísticas descritivas simples. O resultado de cada respondente é igual à média dos valores obtidos nas diferentes respostas válidas.

Com uma taxa de participação de 88,2%, os resultados obtidos revelam para o grupo dos dirigentes um grau de satisfação de 3,39 e para o grupo dos não dirigentes um valor de 2,77.

### Inquérito à satisfação dos funcionários da CCDR Alentejo - 2016 - Ficha técnica

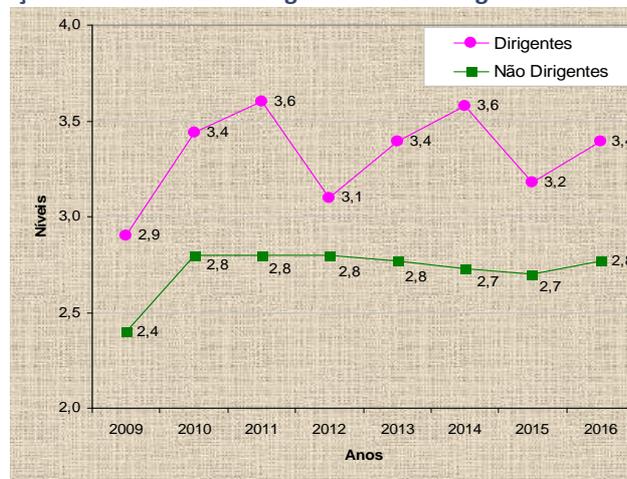
DESIGNAÇÃO	Valor Absoluto	%
<b>Universo</b>	<b>178</b>	<b>100,0</b>
<b>Respostas</b>	<b>157</b>	<b>88,2</b>
Respostas Validas	153	86,0
Branco	4	2,2
Nulos	0	0,0
<b>Não Respostas</b>	<b>21</b>	<b>11,8</b>
Trabalho de campo realizado entre 03 e 10 de Março de 2017		

Neste contexto, destacam-se como áreas temáticas mais valorizadas, quer no grupo dos dirigentes, quer no grupo dos colaboradores não dirigentes: (i) Avaliação do funcionamento do serviço/departamento, em que o aspecto mais valorizado pelos colaboradores não dirigentes e

pelos dirigentes o excelente relacionamento com os colegas. (ii) Avaliação da situação profissional e (iii) Avaliação do envolvimento com a organização, onde o aspecto mais valorizado, quer nos dirigentes quer nos demais trabalhadores é o facto de se sentirem respeitados como pessoas e como profissionais. Neste grupo temático de questões, os dirigentes encontram-se mais motivados para novos desafios profissionais do que os não dirigentes. Sendo toda a avaliação bastante diferente para dirigentes e não dirigentes embora ambos os grupos atribuam a mais baixa classificação à pergunta: A aplicação do sistema de avaliação compensa o mérito.

Os resultados dos inquéritos serão ainda objecto de relatório interno mais detalhado, com vista à definição de estratégias de melhoria dos aspectos considerados mais críticos, nomeadamente daqueles que são susceptíveis de intervenção por parte da Presidência da Comissão de Coordenação.

**Avaliação dos resultados - Dirigentes e Não Dirigentes - 2009 a 2016**



No que concerne à tendência global de ambos os grupos, mantém-se a situação favorável da avaliação dos dirigentes face aos demais trabalhadores, revelando-se a avaliação dos não dirigentes mais estável ao longo dos diferentes anos, enquanto a tendência do grupo dos dirigentes oscila de ano para ano.

## 6 Avaliação do Sistema de Controlo Interno

A CCDR Alentejo dispõe de uma Unidade de Controlo Interno e Auditoria, responsável pelo Sistema de Controlo Interno, encontrando-se sintetizada no quadro seguinte a informação mais relevante sobre esta matéria em 2016.

Esta Unidade implementa progressivamente acções de auditoria interna mediante iniciativas da sua directa responsabilidade ou com recurso a entidades externas, com vista a assegurar acrescida fiabilidade e transparência aos processos operacionais, constituindo-se assim como um elemento de grande importância na prevenção de incumprimentos nas rotinas dos vários serviços e consequentemente no apoio à gestão da CCDR Alentejo.

Da análise do questionário destaca-se a ausência de qualquer auditoria ou acção de controlo externo realizada em 2016, bem como a taxa de 81,5% no cumprimento das questões em análise.

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO 2016				
Questões	Resposta			Fundamentação/
	S	N	NA	Justificação
<b>1 – Ambiente de controlo</b>				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo?	X			
1.2 É efectuada internamente uma verificação efectiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?	X			
1.4 Estão claramente definidas valores éticos e de integridade que regem o serviço?	X			
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade da tarefa?	X			
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direcção e os dirigentes das Unidades Orgânicas?	X			
1.7 O serviço foi objecto de acções de auditoria e controlo externo?	X			
<b>2 – Estrutura organizacional</b>				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?				SIADAP2: 11,24% //SIADAP3: 82,5%
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma acção de formação?				39,88%
<b>3. Actividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço</b>				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			Para os procedimentos centralizados
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?		X		
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidos e formalizados?	X			
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?		X		O SGD apenas permite que se remetam as tarefas de forma ADOC
3.8 Existe um plano de risco de corrupção e infracções conexas?	X			
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas é executado e monitorizado?	X			
<b>4 – Fiabilidade dos sistemas de informação</b>				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas da contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			Algumas das aplicações o permitem
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?			X	
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou activos do serviço?	X			
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)?	X			
4.7 A segurança na troca de informação e software está garantida?	X			
inequívoca.				
GPP/DSAAO/DRHA				

Legenda: S – Sim; N – Não; ND – Não existe informação disponível que permita responder à questão de forma inequívoca. GPP/DSAAO/DRHA

## 7 Comparação com o Desempenho de Serviços Idênticos

Numa perspectiva interna, no âmbito da sua estrutura orgânica, a CCDR Alentejo possui três serviços desconcentrados em Portalegre, Beja e Litoral Alentejano.

Estes serviços têm de um modo geral, para além de alguma especificidade, atribuições, competências e actividades idênticas, pelo que podem ser considerados em termos funcionais como Unidades Homogéneas.

A tabela seguinte evidencia o desempenho de cada uma destas Unidades:

Avaliação	SSP		SSL		SSB	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Superou	6	66,7	4	57,1	4	50,0
Atingiu	2	22,2	2	28,6	2	25,0
Não Atingiu	1	11,1	1	14,3	2	25,0
Sem execução	0	0,0	0	0,0	0	0,0
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>100,0</b>	<b>7</b>	<b>100,0</b>	<b>8</b>	<b>100,0</b>
<b>Avaliação Média</b>		<b>112,2</b>		<b>112,6</b>		<b>100,1</b>
Desvio Médio		14,4		11,4		18,9
Desvio Padrão		18,6		13,3		25,5

Da análise, pode observar-se que o grau de desempenho entre as três Unidades é semelhante, não surgindo entre elas valores que se destaquem em grande relevância. Contudo, a unidade SSL alcançou em 2016 um desempenho muito ligeiramente superior às restantes, devido ao enfoque nas suas actividades muito específicas.

Também as CCDR constituem entidades homogéneas entre si, pelo que a CCDR Alentejo adoptou 2 objectivos e 3 indicadores evidenciados em QUAR (objectivo 03 - eficiência e objectivo 05 - qualidade) que permitem a comparação com as demais Unidades Homogéneas, nos termos do art.º 16.º da Lei do SIADAP, o que será concretizado pela SGPCM.

## 8 Análise das Causas de Incumprimento e Medidas para um Reforço Positivo

Relativamente aos resultados apresentados em capítulos anteriores (ponto 2.1 do presente relatório), é de referenciar os seguintes incumprimentos:

- ◆ Das 81 actividades previstas no Plano, em cinco (6,2%) não foi possível alcançar a meta prevista;
- ◆ Dos 141 indicadores que integram o QUAR e o PA, 9 apresentam uma taxa de realização superior a 125%.

Quanto às cinco actividades onde não foi possível alcançar a meta prevista, apresentam-se as seguintes justificações:

### Actividades onde não foi possível alcançar a meta prevista

Actividade onde não foi alcançada a Meta	avaliação	UO	Observações
Articulação dos instrumentos de gestão territorial com os novos diplomas da reforma do ordenamento do território	55,0	SSB	Taxa de PEOT da sub-região que procederam em 2016 à incorporação das novas normas - A iniciativa para a incorporação das novas normas é dos municípios e, apesar de todas as diligências tomadas pelo SSB junto dos mesmos para que iniciassem o processo, a realidade é que tal não sucedeu.
Fiscalização dos restantes 50% de usos e acções sujeitos a controlo prévio concluídos em 2011	69,6	SSB	Índice de processos verificados na sub-região - Para o SSB atingir esta meta representaria a pós-avaliação de cerca de 10 processos , no entanto não nos foi possível ter acesso atempado a esses processos que não estavam no SSB.
Articulação dos instrumentos de gestão territorial com os novos diplomas da reforma do ordenamento do território	71,7	SSP	Esta actividade depende da iniciativa das autarquias. Apenas 2 em 15 (da NUT 3), iniciaram o procedimento e ambas foram acompanhadas. Foi nesta perspectiva que se referiram os 13%. Se considerássemos o acompanhamento relativamente às que iniciaram o processo, a meta teria sido cumprida.
Exploração da rede de estações de monitorização da qualidade do ar	98,1	SSL	As avarias dos analisadores continuam a ser a questão mais problemática com as paragens mais ou menos longas dependendo da demora na entrega de peças de substituição por parte dos fornecedores e, continuamos a ter alguns problemas com a comunicação remota com as estações. Problema que se espera resolver em 2017 com a substituição de equipamento.
Elaboração dos Documentos de Gestão Estratégica Organizacional da CCDRALentejo	99,8	DSDR	Foi necessária uma maior interacção com algumas unidades orgânicas, a fim de esclarecer cabalmente os contributos apresentados para o PA, o que levou ao não cumprimento do indicador no prazo internamente previsto (+ 2 dias). No entanto, o prazo legalmente definido para a conclusão do PA foi cumprido.

De seguida apresentam-se os indicadores onde a taxa de realização ultrapassou os 125% e as respectivas causas.

### Indicadores onde a taxa de realização ultrapassou os 125%

Actividade com de Realização Superior a 125%	avaliação	UO	Observações
Fiscalização em matéria de ambiente/ ordenamento do território na sequência de reclamações/denúncias recebidas, para o correspondente território de actuação	125,8	SSP	O resultado atingido está relacionado com o reforço da equipa de fiscalização com mais um elemento
Fiscalização em matéria de ambiente/ ordenamento do território na sequência de reclamações/denúncias recebidas, para o correspondente território de actuação	127,7	SSL	Houve um número muito baixo de reclamações/denúncias, pelo que conseguiram elevar substancialmente as acções de fiscalização, face ao previsto
Desenvolvimento de acções de informação e divulgação das oportunidades de financiamento a disponibilizar pelo Alentejo 2020 e suas realizações	255,0	GABC	A necessidade de divulgação de novas iniciativas Portugal 2020 e de disponibilização de novos instrumentos financeiros determinou a realização de eventos não previstos. Inclui imprensa escrita e online, rádio e TV
Actualização do website do Alentejo 2020 em permanência	839,7	GABC	A procura superou largamente as expectativas (meta a atingir) e confirma o interesse dos Beneficiários do Alentejo 2020 e do público em geral pela informação disponibilizada e pelo seu grau de actualização. (valor acumulado)
Regime de Incentivo do Estado à Comunicação Social	265,0	GICS	O facto das candidaturas admitidas em 2016 não terem sido ainda aprovadas por falta da publicação do despacho que afecta as verbas às CCDR's permitiu que o GICS pudesse avançar mais rápido com as visitas de apresentação e divulgação dos RIECS junto dos OCS da área de intervenção desta CCDR e assim ter ultrapassado significativamente o ponto critico previsto.

As medidas essenciais a tomar para um reforço positivo consistem na persistência de uma postura preventiva da CCDRA que continua a ser reforçada através da monitorização do desempenho organizacional e na melhor articulação entre unidades nucleares e unidades flexíveis, apostando essencialmente na melhoria das práticas de planeamento.

## II OBRIGAÇÕES DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO

### 9 Publicidade Institucional

Nos termos dos artigos 10º e 11º da Resolução do Conselho de Ministros nº 47/2010, de 25 de Junho, as entidades que integram a administração central devem incluir no seu relatório de actividades uma secção especificamente dedicada à informação sintética sobre as iniciativas de publicidade institucional realizadas.

Todas as despesas respeitam à rubrica 02.02.17 – Publicidade, e no ano de 2016 as acções de publicidade realizadas visaram fundamentalmente:

- Publicidade relacionada com o Programa Operacional Regional do Alentejo - Alentejo 2020 de acordo com a estratégia de comunicação aprovada. A maior parte da publicidade respeita a esta componente.
- Publicidade no âmbito da cooperação transfronteiriça relacionada com divulgação das candidaturas apresentadas na 1ª convocatória do INTERREG V-A, e com promoção de eventos decorrentes do trabalho dos GIT's nas áreas de referência Alentejo/Centro/Estremadura e Alentejo/Algarve/Andaluzia;
- Publicidade relacionada com consultas publicas em matéria de avaliação de impacte ambiental para publicação em jornais nacionais/regionais e que em fase de análise processual tem obrigatoriedade de publicação decorrente de normativo legal.

### 10 Gestão Patrimonial

A CCDR Alentejo deu cumprimento integral à execução do Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado, uma vez que no cumprimento da legislação em vigor (DL 280/2007 de 7 de Agosto aditado pela Lei nº 55-A/2010 de 31 de Dezembro) procedeu até ao dia 30 de Março de 2016 ao envio à Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros do mapa PGPI com a actualização dos planos e ocupação do espaço e de conservação e reabilitação de imóveis.

## 11 Medidas de Modernização Administrativa

Pretende-se, através da Implementação de seis medidas consideradas fundamentais, melhorar na desburocratização e desmaterialização de processos:

Medida 1: Implementação de um novo Sistema de Gestão Documental, mais simples e funcional, e que apresente menores custos de manutenção

Implementação e resultados:

Foi efectuada uma pré-avaliação dos sistemas existentes.

As acções para implementação de um novo SGD continuarão a ser concretizadas em 2017.

Medida 2: Implementação de Sistema de Gestão da Qualidade, e posterior Certificação pela norma ISO 9001:2015, com o objectivo de melhorar a gestão de processos e distinguir a CCDRA dos demais organismos congéneres

Implementação e resultados:

Em 2016 desenvolveu-se parte da tramitação administrativa do processo. Ministraram-se 2 acções de formação no âmbito da ISO 9001:2015 e Qualificação de Auditores.

A implementação decorrerá em 2017.

Medida 3: Criar um sistema de submissão de candidaturas (recursos humanos) espontâneas on-line

Implementação e resultados:

O sistema foi desenvolvido em 2016.

A sua implementação acontecerá no 1º trimestre de 2017.

Medida 4: Dotar todo o acervo documental da CCDR Alentejo de infra-estruturas informáticas de suporte, sistema de estantes deslizantes, modernas e práticas, num processo de modernização e informatização dos arquivos

Implementação e resultados:

Concretizaram-se aquisições de materiais para este fim.

A implementação do projecto só se desenvolverá em 2017.

Medida 5: Participar em rede de vídeo-conferência - Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D&I) da Fundação para a Ciência e Tecnologia

Implementação e resultados:

Projecto que se encontra em reavaliação.

Medida 6: Dotar a CCDR Alentejo de rede wireless que cubra todo o edifício da sede

Implementação e resultados:

Todo o edifício sede da CCDRA está coberto por rede wireless.

Avaliação global dos impactos das medidas:

Na segurança da informação:

Em 2016 estabeleceram-se normas para a segurança da informação através do CSI (Comité de Segurança da Informação).

Na redução dos tempos de resposta:

A melhoria (constante) na organização dos serviços gera melhoria nos tempos de resposta.

Estas medidas de modernização administrativa contribuíram fundamentalmente para agilizar procedimentos e promover uma maior aproximação entre os Stakeholders internos bem como os externos e a organização.

### III AVALIAÇÃO FINAL

#### 12 Execução Global do Plano e articulação com o Programa do Governo

No âmbito das atribuições e competências da CCDR Alentejo, durante o ano de 2016, foram desenvolvidas as actividades previstas no Plano Anual de Actividades e foi concretizado o QUAR, ambos aprovados pelo Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão em 15 de Setembro do mesmo ano. O ano de 2016, caracterizou-se por ser um ano que se iniciou logo após uma transição de governo e revelou-se um ano exigente na aplicação de novas políticas públicas e dos recursos financeiros que lhe estavam afectos.

Com o enfoque na operacionalização das orientações políticas, as várias unidades orgânicas desta CCDR, contribuíram, individualmente ou de forma partilhada, para a concretização dos documentos de gestão estratégica e para a concretização das prioridades definidas.

Estas prioridades consubstanciaram-se essencialmente nos seguintes pontos:

- No âmbito da aplicação dos Fundos Estruturais na Região, houve necessidade de conciliar procedimentos de dois períodos de programação. Assim, para além de se proceder à preparação, articulação, operacionalização e divulgação, relativas à fase de implementação do Programa Operacional Regional do Alentejo (2014-2020) no âmbito do PORTUGAL 2020, foi ainda necessário intensificar a conclusão do Programa Operacional Regional do Alentejo (2007-2013).

Foi necessário mobilizar actores regionais e potenciais beneficiários num quadro de diálogo e envolvimento participativo, nomeadamente, no que se refere à opção do Balcão Único, que funciona junto da AD&C (Agência de Desenvolvimento e Coesão), constituindo-se como acesso exclusivo para todos os beneficiários, no âmbito do PORTUGAL 2020.

Foram ainda concluídos os processos de contratualização dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano e dos Planos de Acção de Regeneração Urbana no âmbito das abordagens integradas de desenvolvimento regional e foram também celebrados os protocolos de articulação funcional com os Grupos de Acção Local, no âmbito da iniciativa Desenvolvimento Local;

- Em Maio de 2016 foi constituído internamente o Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais, que iniciou os trabalhos com a definição do modelo de dados (indicadores e demais informação relevante) a recolher junto dos diversos sistemas de informação do Portugal 2020 e de outras fontes de informação, para efeitos de monitorização das dinâmicas regionais e avaliação das políticas e dos programas que as prosseguem, no quadro dos objectivos fixados para a Região;
- No âmbito da Cooperação Inter-Regional procedeu-se a todo o conjunto de acções inerentes às atribuições das Unidades de Coordenação no quadro do processo de instrução de candidaturas com vista à sua aprovação, passando designadamente pela

formação na utilização da plataforma informática COOPERA2020 em que assenta a totalidade das operações associadas ao desenvolvimento do Programa.

- Quanto às actividades inerentes ao Ordenamento do Território é de salientar a participação na equipa técnica de alteração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT, a aplicação do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, a aplicação do PROT Alentejo, a transposição dos Planos Especiais de Ordenamento do Território e a incorporação dos princípios da Lei de bases gerais da política pública de solos, ordenamento do território e urbanismo Lei nº 31/2014 nos IGT, bem como o apoio técnico às autarquias locais e particulares.
- Entre as várias actividades desenvolvidas no âmbito do ambiente, salienta-se a continuidade da avaliação ambiental de projectos (procedeu-se à gestão dos processos de Avaliação de Impacte Ambiental, quer enquanto Autoridade de AIA quer enquanto participante em Comissões de Avaliação, e de Avaliação de Incidências Ambientais), as acções inerentes aos processos de licenciamento de operações de gestão de resíduos e de aterros, e foi ainda elaborado o “Estudo de caracterização das pedreiras do Alentejo”, em colaboração com outras unidades orgânicas internas e externas. No âmbito das pós avaliações ambientais, destaca-se o início de um processo devidamente estruturado, planeado e coordenado com a APA (AN de AIA) e a EDIA para diversos projectos do EFMA, quer no que respeita à fase de construção quer de exploração, tendo em consideração a necessidade de monitorizar, prevenir, minimizar e compensar os impactos socio ecológicos. Foram ainda apresentadas duas candidaturas ao POSEUR e ao PO Alentejo 2020 com vista à elaboração da Estratégia Regional de Adaptação às Alterações Climáticas (ERAACA) e ao controle e monitorização da qualidade do ar (Melhorar), respectivamente
- No âmbito do desenvolvimento regional assinala-se a participação no Grupo de Trabalho nacional para a elaboração do Relatório Anual do Grupo de Apoio à Gestão do PENSAAR2020. Uma referência ainda para a participação na análise e avaliação do mérito das candidaturas aos sistemas de incentivos do ALENTEJO 2020 e do COMPETE, quer quanto à sua integração na Estratégia Regional de Especialização Inteligente, quer quanto ao seu mérito regional. Salienta-se ainda a edição trimestral do Boletim “Alentejo Hoje - Políticas Publicas e Desenvolvimento Regional”, mediante recurso a contributos de várias unidades orgânicas da CCDR, bem como de entidades regionalmente relevantes no desenvolvimento económico, social e territorial do Alentejo.
- Na área da fiscalização destacam-se as reuniões de coordenação e articulação regional com as demais entidades com competências fiscalizadoras tendo em vista a elaboração de um plano regional conjunto de fiscalização (concluído e já apresentado publicamente em 2017), bem como realização de diversas acções de fiscalização conjuntas com a APA/ARH do Alentejo e do Tejo, PSP e GNR/SEPNA.
- O apoio técnico às autarquias e suas associações, além das várias acções de apoio corrente, teve um elevado enfoque na emissão de pareceres jurídicos e contabilístico - financeiros.
- No âmbito da gestão administrativa e financeira iniciou-se a implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade e Certificação da CCDR Alentejo e a reorganização dos espaços de arquivo.
- O regime de incentivos à comunicação social continuou a ser objecto de acções de divulgação junto de todos os OCS e foram efectuadas diversas acções de acompanhamento de projectos que foram objecto de apoios financeiros.

De referir ainda os contributos dados à execução do Programa Nacional «Planeamento e Infra-estruturas», nomeadamente na Medida «Outras funções económicas – Administração e Regulamentação», para o que a monitorização da aplicação do fundos estruturais do Programa Operacional Regional Alentejo 2020, contribui com resultados significativos.

Houve uma continuidade na orientação política da racionalização de custos, tendo sido promovida uma maior eficiência operacional e uma maior eficácia nos serviços, traduzindo-se num reforço do esforço do ano anterior que correspondeu a um gasto total inferior a 2015 de 106 564€. Os gastos em funcionamento tiveram um acréscimo de cerca de 293 658€, devido essencialmente a despesas com pessoal mas que foram compensados com um gasto inferior ao ano anterior de 390 202€ nas despesas referentes a PIDDAC.

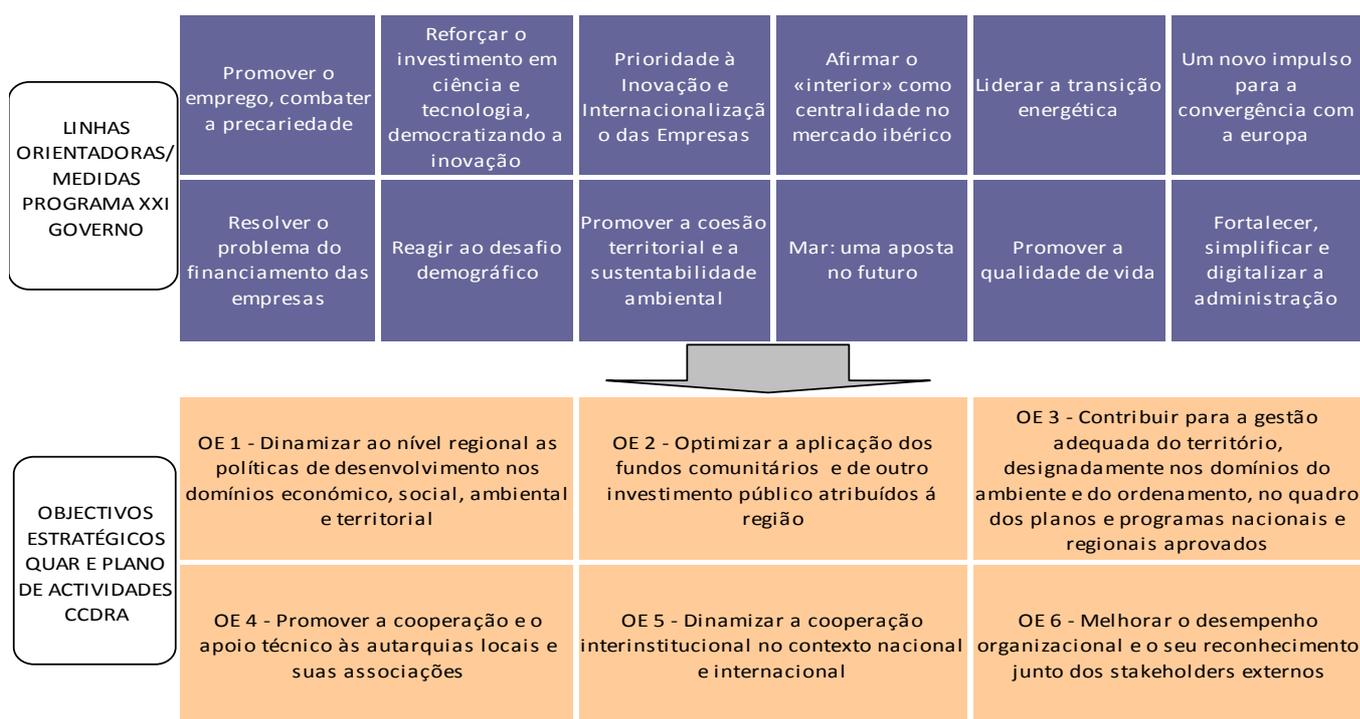
Também relativamente ao orçamento planeado em 2016, houve desvios negativos na execução, quer no funcionamento, quer no PIDDAC, verificando-se um desvio global de -1.524.287€.

Foram implementados novos métodos de trabalho, traduzidos numa melhoria contínua do serviço prestado aos utentes (públicos e privados) mediante a continuidade da desmaterialização de processos e redução dos prazos de pagamento a fornecedores.

Este desempenho global da CCDR Alentejo traduziu-se numa avaliação final do cumprimento do plano anual de actividades de 120% e do QUAR de 102,5%, o que decorre do facto de terem sido atingidos todos os objectivos do QUAR e de dois deles terem sido superados, o que permite propor uma avaliação final de Bom.

Sistematizam-se, na tabela seguinte, as linhas orientadoras/medidas do Programa do XXI governo que se identificaram com maior enfoque nas atribuições desta CCDR, tendo os objectivos Estratégicos sido devidamente articulados com este Programa.

#### ARTICULAÇÃO DO PLANO COM O PROGRAMA DO GOVERNO



### 13 Apreciação Qualitativa e Quantitativa dos Resultados Alcançados em QUAR

Avaliação - Objectivos e Indicadores						
Parâmetros	Objectivos	Indicadores	Taxa de Realização do indicador	Avaliação qualidade indicador	peso indicador objectivo	Taxa de Realização do objectivo
Eficácia	Assegurar a implementação regional dos instrumentos de gestão territorial	Prazo para realização de relatório	100%	Atingiu	100%	100,0%
	Melhorar o apoio técnico às autarquias locais e suas associações	Acções de esclarecimento	100%	Atingiu	30%	111,3%
		Índice de pareceres jurídicos e contabilístico-financeiros	116%	Superou	70%	
Eficiência	Otimizar a aplicação dos Fundos Estruturais na Região	Taxa de Execução do POR ALENTEJO 2020	100%	Atingiu	70%	100,0%
		Candidaturas ao POR aprovadas num prazo inferior a 55 dias	100%	Atingiu	30%	
	Gerir eficazmente outros instrumentos financeiros	Prazo de análise das candidaturas	109%	Superou	70%	106,6%
		Taxa de análise de pedidos de pagamento	100%	Atingiu	30%	
Qualidade	Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território e do ambiente	Acções de sensibilização	100%	Atingiu	100%	100,0%
	Inovar nos processos de gestão interna	Medidas implementadas internamente	100%	Atingiu	100%	100,0%

PARAMETROS					
AVALIAÇÃO GLOBAL					
Eficácia		Eficiência		Qualidade	
Ponderação	35	Ponderação	35	Ponderação	30
104,5%		102,6%		100,0%	

Conforme já se referenciou, e analisou em ponto anterior do presente relatório, a CCDRA revela uma taxa de realização do QUAR de 102,5%, tendo os parâmetros eficácia, eficiência e qualidade, sido ponderados em 35%, 35% e 30%, respectivamente, tendo o 1º parâmetro obtido a taxa de realização de 104,5%, o de eficiência 102,6%, e de qualidade de 100%.

De referir que dos 6 objectivos, 2 foram superados e os restantes atingidos. Do grupo dos 3 objectivos mais relevantes, todos foram cumpridos. A execução do Plano é de 102,5%, em que 55,6% das actividades tiveram resultados superados face às metas definidas.

AVALIAÇÃO FINAL DA CCDR ALENTEJO		
Bom	Satisfatório	Insuficiente
102,5%		

Face aos resultados alcançados e com base no quadro legislativo referente ao SIADAP, Lei nº 66-B/ 2007 de 28 de Dezembro nomeadamente o ponto 1 do seu Artigo 18º, o Decreto – Lei nº 183/96, de 27 Setembro, bem como as orientações e Notas Técnicas emanadas da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, propõe-se para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, a menção de Desempenho Bom, sustentada na avaliação quantitativa do QUAR de 102,5%, o que decorre do cumprimento de quatro objectivos e da superação de dois dos seis objectivos.

A distinção de mérito agora proposta sustenta-se ainda na coesão da suas linhas estratégicas e no seu alinhamento com os objectivos formulados, tal como evidenciado no presente relatório e no desempenho alcançado ao nível da concretização do seu Plano de Actividades, com uma taxa de realização de 120%.

## 14 Descrição dos Mecanismos de Participação e Auscultação dos Clientes Internos e Externos

Tendo em conta os dados já apresentados no capítulo referente à análise dos questionários feitos aos stakeholders externos e internos, recuperam-se neste capítulo os mecanismos de participação e auscultação dos mesmos, apresentando-se as tabelas com os elementos constantes da metodologia resultante da aplicação de questionários diferenciados, assim como do grau de satisfação apurado (Internos - 3,39 para os dirigentes e 2,77 para não dirigentes; Externos – 3,83), numa escala de 1 a 5, tal como explicitado no capítulo próprio.

Inquérito à satisfação dos funcionários da CCDR Alentejo - 2016 - Ficha técnica

DESIGNAÇÃO	Valor Absoluto	%
<b>Universo</b>	<b>178</b>	<b>100,0</b>
<b>Respostas</b>	<b>157</b>	<b>88,2</b>
Respostas Validas	153	86,0
Branco	4	2,2
Nulos	0	0,0
<b>Não Respostas</b>	<b>21</b>	<b>11,8</b>
Trabalho de campo realizado entre 03 e 10 de Março de 2017		

Inquérito à Satisfação dos Funcionários - 2016

Grupos	Total	Dirigentes	Não Dirigentes
<b>Total CCDR Alentejo</b>	<b>2,88</b>	<b>3,39</b>	<b>2,77</b>
Nível de Satisfação - Valores médios numa escala de 1 a 5 valores			

### Inquérito à satisfação dos utilizadores dos serviços da CCDR Alentejo - 2016

#### Ficha técnica

DESIGNAÇÃO	Universo	Respostas	%
<b>Universo</b>	<b>490</b>	<b>81</b>	<b>16,5</b>
Administração Central	20	1	5,0
Administração Local	73	21	28,8
Associações	28	8	28,6
Empresas	121	25	20,7
Fornecedores	115	9	7,8
Cidadãos	133	17	12,8
<b>Não Respostas</b>		<b>409</b>	<b>83,5</b>
Inquérito realizado entre 06-03-2017 e 21-03-2017			

### Inquérito à satisfação dos utilizadores dos serviços da CCDR

#### Alentejo - 2016

Entidades	Total
<b>TOTAL</b>	<b>3,83</b>
Nível de Satisfação - Valores médios numa escala de 1 a 5 valores	

## 15 Conclusões Prospectivas e Plano de Melhorias a Implementar

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo continuou a alcançar um bom desempenho em 2016, não apresentando no seu Quadro de Avaliação e Responsabilização qualquer objectivo não cumprido. Este nível de desempenho deve manter-se, ou mesmo melhorar em 2017, numa perspectiva de melhoria contínua dos resultados.

Os resultados alcançados permitem afirmar que, no essencial, as actividades desenvolvidas foram realizadas no quadro da missão e das suas atribuições e competências da CCDR Alentejo e em alinhamento com as medidas / orientações estratégicas e operacionais emanadas das suas tutelas políticas (Ministério do Planeamento e Infraestruturas, Ministro Adjunto e Ministro do Ambiente).

O ano de 2017 será exigente, pois, para além de todas as temáticas inerentes às suas atribuições e competências, assume particular relevância a dinamização do investimento público e privado, como componente decisiva para o desenvolvimento económico e social do Alentejo e do país, para o que a aceleração na aplicação dos fundos comunitários, nomeadamente os que integram o Programa Operacional Regional ALENTEJO 2020 e o Programa de Cooperação Transfronteiriça - INTERREG V A, deverão dar um contributo muito relevante.

A prossecução de políticas no âmbito do ordenamento do território continuará a ter a sua dimensão estratégica centrada nos contributos para a revisão do Plano de Acção do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e na dinamização e acompanhamento de um desenvolvimento urbano que promova a competitividade das cidades e os processos de mobilidade sustentável, para o que a participação das instituições científicas e de produção de conhecimento é determinante.

Também a dinamização de iniciativas no âmbito do Programa Nacional de Coesão Territorial e mesmo o acompanhamento dos seus efeitos a nível regional, são igualmente domínios de intervenção que se perspectivam para 2017, no quadro das atribuições da CCDR Alentejo no âmbito do desenvolvimento regional e das suas dinâmicas territoriais e sectoriais.

A análise e avaliação de Estudos de Impacto Ambiental associados a projectos de investimento significativos, continuará a ser uma área de trabalho da CCDR Alentejo, sendo que o quadro legal em que tal se opera é extremamente exigente na multidisciplinaridade que a sua apreciação requer, bem como no cumprimento de prazos, já bastante exigentes, num contexto em que os recursos humanos são escassos, mas em que é essencial responder às expectativas dos promotores e à agilização das decisões de investimento.

No âmbito das políticas de ambiente, continuar-se-á a promover o desenvolvimento sustentável, mediante: (i) análise e avaliação de Estudos de Impacto Ambiental associados a projectos de investimento, procurando-se que tal aconteça com redução de prazos, de forma a melhor responder às expectativas dos promotores e à concretização dos respectivos investimentos; (ii) avaliação dos impactos socio ecológicos da agricultura intensiva e após avaliação dos projectos agrícolas, nomeadamente do EFMA. (iii) dinamização de uma estratégia regional de adaptação às alterações climáticas que identifique os riscos existentes e promova essa adaptação, aproveitamento os financiamentos existentes para o efeito no PORTUGAL 2020; (iv) promoção da economia circular, no quadro do desenvolvimento sustentável; (v) dinamização do Plano Regional de Fiscalização Ambiental.

Na relação da CCDRA com as autarquias locais será dada continuidade à melhoria dos tempos de resposta aos pareceres jurídicos solicitados, assim como ao desenvolvimento de programas de melhoria da capacitação da administração local, para que esta possa assegurar de forma mais eficaz e eficiente as responsabilidades no desenvolvimento dos seus territórios e no bem estar das suas populações.

A nível interno, continuarão a ser concretizadas as medidas de modernização administrativa iniciadas em 2016, sendo expectável que venham a produzir grande impacto na gestão da CCDR Alentejo, nomeadamente ao nível dos procedimentos internos e dos sistemas de informação.

Sendo a comunicação de qualquer organização cada vez mais uma dimensão relevante para o seu reconhecimento e notoriedade, procurar-se-á que o ano de 2017 represente já uma melhoria muito significativa no que se comunica, quando se comunica e na identificação clara dos destinatários da informação a transmitir, seja para o exterior seja internamente. Neste contexto a melhoria do site da CCDR e da sua INTRANET são duas iniciativas estruturantes a implementar.

Estamos também cientes que só com a motivação e o empenho de todos os colaboradores será possível atingir os objectivos a que nos propomos, e só assim poderemos efectivamente continuar a contribuir para o desenvolvimento económico e social do Alentejo e para a melhoria da sua coesão territorial, num quadro global de cada vez maior competitividade entre diversos territórios.

Como forma de continuarmos o processo de melhoria de desempenho, considera-se que ao nível dos recursos e dos processos internos, importa para 2017 concretizar um Plano de Melhorias, que consagre, entre outras, as acções constantes no quadro seguinte.

**PLANO DE ACÇÕES PARA UM MELHOR DESEMPENHO**

<b>Áreas de Melhoria a Promover</b>	<b>Acções a Implementar</b>
Cooperação inter-regional	Reforço da participação da CCDR Alentejo nos Programas e Associações europeias
Recursos Humanos	Reforço dos recursos humanos, ponderando a possibilidade de mobilidade interna temporária, para posterior opção de afectação definitiva ao masa de pessoal
Formação e Competências Técnicas	Maior participação dos técnicos em acções de formação relativas a temáticas directamente relacionadas com as competências da CCDRA, nomeadamente em abordagens inovadoras
Informática/Software	Realização de um plano de utilização dos materiais informáticos disponíveis de forma a permitir e potenciar a prática administrativa desmaterializada (por ex, o SIG).
Parque automóvel	Renovação progressiva do parque automóvel de modo a assegurar a mobilidade que as atribuições da CCDR exigem no contexto do vasto território do Alentejo e da Lezíria do Tejo.
Gestão e Desenvolvimento Organizacional	Realização de acções que visem a partilha de boas práticas e benchmarking entre as CCDRs e outros serviços desconcentrados da Administração pública. Melhorar a partilha de informação entre os serviços, a realização de trabalhos/iniciativas de forma partilhada por mais do que uma unidade orgânica, e uma maior integração dos serviços sub-regionais nas actividades desenvolvidas nos diversos âmbitos.
Meios administrativos	Aquisição de um Sistema de Gestão Documental que permita implementar a MEF (Macro Estrutura Funcional) e a MIP (Meta informação para a Interoperabilidade) e outras valências bem como a aquisição ou desenvolvimento interno de um Sistema de Gestão de Arquivos.

## **SIGLAS**

**CCDRA** – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

**SIADAP** – Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública

**QUAR** - Quadro de Avaliação e Responsabilização

**PA** – Plano de Actividades

**SGPCM** – Secretaria-geral da Presidência de Conselho de Ministros

**DSDR** – Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional

**DCI** - Divisão de Cooperação Inter-regional

**DSOT** – Direcção de Serviços de Ordenamento do Território

**DSA** – Direcção de Serviços de Ambiente

**DSAJAL** – Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local

**DSCGAF** - Direcção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira

**DSF** - Direcção de Serviços de Fiscalização

**PO ALENTEJO 2020** - Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020

**QCA III** - Quadro Comunitário de Apoio III

**SSB** - Serviço Sub-Regional de Beja

**SSL** Serviço Sub-Regional do Litoral

**SSP** - Serviço Sub-Regional de Portalegre

**GABC** – Gabinete de Comunicação

**UCIA** – Unidade de Controlo Interno e Auditoria

**GICS** – Gabinete de Incentivos à Comunicação Social

# ANEXOS

## **ANEXO I - ALINHAMENTO ESTRATÉGICO**

## Alinhamento Estratégico Planificado para a CCDR Alentejo no Exercício de 2016

Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Actividade	UO	
OE 1 – Dinamizar ao nível regional as políticas de desenvolvimento nos domínios económico, social, ambiental e territorial	Assegurar a implementação regional dos instrumentos de gestão territorial	Apoio técnico em matéria de gestão e aplicação de instrumentos de ordenamento do território	DSOT	
			SSP	
			SSB	
		Articulação dos instrumentos de gestão territorial com os novos diplomas da reforma do ordenamento do território	DSOT	
			SSP	
			SSB	
		Avaliação sumária do PROT Alentejo à luz da nova Lei de Bases (análise crítica da implementação das orientações e directrizes do modelo territorial e identificação de procedimentos)	DSOT	
			Enquadramento técnico de iniciativas/acções específicas nos Instrumentos de Gestão Territorial aplicáveis	DSOT
				SSP
		SSB		
		Gestão do regime jurídico da restrição de utilidade pública REN	SSL	
			DSOT	
			SSP	
		Participação na gestão do regime jurídico da RAN	SSB	
	SSL			
	Tratamento de informação com vista à consolidação do SIG Regional	DSOT		
	Monitorizar a evolução das dinâmicas regionais no âmbito do desenvolvimento económico, social e territorial	Acompanhamento da implementação do Portugal 2020 no Alentejo	ALENTEJO 2020	
		Consolidação do SIG Regional	DSDR	
		Sistematização, tratamento e disponibilização de informação relevante para o desenvolvimento regional	DSOT	
	Promover o planeamento estratégico e a concertação das políticas públicas de base regional, no quadro das opções de desenvolvimento assumidas pela Região para 2020	Elaboração de pareceres sobre estudos, planos e programas quanto à sua coerência com as orientações estratégicas regionais	DSDR	
Matriz regional de consumos energéticos		DSDR		

 Objectivo QUAR

### Alinhamento Estratégico Planificado para a CCDR Alentejo no Exercício de 2016

Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Actividade	UO
OE 2 - Optimizar a aplicação dos fundos comunitários e de outro investimento público atribuídos à região	Gerir eficazmente outros instrumentos financeiros	Cooperação técnica e financeira entre a Administração Central, Autarquias Locais e suas associações e Particulares	DSAJAL
			SSP
			SSB
		Regime de Incentivo do Estado à Comunicação Social	GICS
		Regime de Incentivos do Estado à comunicação social - Incentivos Directos	GICS
		Regime de Incentivos do Estado à leitura de publicações periódicas de âmbito regional e local - Porte Pago	GICS
	Optimizar a aplicação dos Fundos Estruturais na Região	Relatório Anual de Execução dos Regimes de Incentivos do Estado à Comunicação Social de âmbito regional e local	GICS
		Desempenho do Programa Operacional Regional do Alentejo 2007/2013	ALENTEJO 2020
		Desempenho do Programa Operacional Regional do Alentejo 2020	ALENTEJO 2020
		Gestão estratégica e operacional do Interreg V A 2014-2020	DCI
		Gestão estratégica e operacional do POCTEP 2007-2013	DCI
		Participação na apreciação das candidaturas aos Sistemas de Incentivos no âmbito do Portugal 2020	DSDR

 Objectivo QUAR

### Alinhamento Estratégico Planificado para a CCDR Alentejo no Exercício de 2016

Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Actividade	UO
OE 3 – Contribuir para a gestão adequada do território, designadamente nos domínios do ambiente e do ordenamento, no quadro dos planos e programas nacionais e regionais aprovados	Contribuir para a melhoria da qualidade ambiental na região	Definição do universo de processos a fiscalizar em 2017 relativos a usos e acções sujeitos a controlo prévio e concluídos em 2013 e 2014	DSOT
		Disponibilidade de informação legal relevante sobre ambiente e ordenamento do território	DSF
		Elaboração de autos de notícia decorrentes de acções de fiscalização	DSF
			SSP
			SSB
			SSL
			DSF
		Estudo de caracterização das pedreiras do Alentejo	DSA
			SSP
			SSB
			SSL
		Exploração da rede de estações de monitorização da qualidade do ar	SSL
		Fiscalização dos restantes 50% de usos e acções sujeitos a controlo prévio concluídos em 2011	DSF
			SSP
	SSB		
	SSL		
	Fiscalização em matéria de ambiente/ ordenamento do território na sequência de reclamações/denúncias recebidas, para o correspondente território de actuação	DSF	
		SSP	
		SSB	
		SSL	
Gestão de processos de avaliação de impacte ambiental e de incidências ambientais de projectos	DSA		
Gestão de processos de licenciamento de actividades económicas	DSA		
Instrução de processos de contra-ordenação ambiental	DSAJAL		
Sensibilizar cidadãos e instituições para as temáticas do ordenamento do território e ambiente	Sensibilização de instituições e cidadãos para adaptações às alterações climáticas	DSDR	
		DSOT	
		DSA	

 Objectivo QUAR

### Alinhamento Estratégico Planificado para a CCDR Alentejo no Exercício de 2016

Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Actividade	UO
OE 4 - Promover a cooperação e o apoio técnico às autarquias locais e suas associações	Acompanhar a actividade da administração local com vista à formulação de novas políticas	Validação das prestações de contas, documentos previsionais, fichas trimestrais e dossiers do Fundo Social Municipal (FSM) fundo consignado em OE - colaboração institucional com a DGAL	DSAJAL
	Melhorar o apoio técnico às autarquias locais e suas associações	Acompanhamento da evolução financeira das autarquias locais	DSAJAL
		Acompanhar a execução do Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL/SNC)	DSAJAL
		Apoio técnico às autarquias locais e suas associações	DSAJAL
		Iniciativas de descentralização e de capacitação da Administração Local e entidades particulares	DSAJAL

 Objectivo QUAR

### Alinhamento Estratégico Planificado para a CCDR Alentejo no Exercício de 2016

Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Actividade	UO
OE 5 – Dinamizar a cooperação interinstitucional no contexto nacional e internacional	Promover a cooperação transnacional	Dinamização das Eurorregiões EUROACE e EUROAAA	DCI
		Participação do Alentejo nos diferentes âmbitos da Cooperação Territorial Europeia	DCI

### Alinhamento Estratégico Planificado para a CCDR Alentejo no Exercício de 2016

Objectivo Estratégico	Objectivo Operacional	Actividade	UO	
OE 6 - Melhorar o desempenho organizacional e o seu reconhecimento junto dos stakeholders externos	Inovar nos processos de gestão interna	Implementação de um novo sistema de gestão documental	DSCGAF	
		Processo de Certificação da Qualidade da CCDR Alentejo	DSCGAF	
	Melhorar a comunicação interna e externa		Actualização do website do Alentejo 2020 em permanência	GABC
			Desenvolvimento de acções de informação e divulgação das oportunidades de financiamento a disponibilizar pelo Alentejo 2020 e suas realizações	GABC
			Divulgação de Notas e Comunicados de Imprensa	GABC
			Elaboração de newsletter CCDRA	GABC
			Elaboração de Revista de Imprensa diária	GABC
			Gestão do Fundo Documental e apoio gráfico à comunicação	DSDR
			Monitorização ambiental	DSA
		Melhorar a gestão organizacional		Apoio jurídico aos serviços da CCDR Alentejo
			Auditoria de verificação da Legalidade da contratação pública na CCDR	UCIA
			Criação on-line de formulário para recepção de candidaturas espontâneas + CV, com resposta automática formatada	DSCGAF
			Digitalização do Processos Individuais dos recursos humanos	DSCGAF
			Disponibilização interna da informação relativa às contra-ordenações ambientais e às autarquias locais	DSAJAL
			Divulgação de informação relevante para a administração local	DSAJAL
			Elaboração dos Documentos de Gestão Estratégica Organizacional da CCDRALentejo	DSDR
			Monitorização dos Documentos de Gestão Estratégica Organizacional da CCDRALentejo	DSDR
			Plano de Formação / 2016	DSCGAF
			Plano de Prevenção de Corrupção e Infrações Conexas	UCIA

 Objectivo QUAR

## **ANEXO II – BALANÇO SOCIAL E RELATÓRIO DE FORMAÇÃO**



Comissão de Coordenação  
e Desenvolvimento Regional do Alentejo

## **BALANÇO SOCIAL 2016**

---

## NOTA INTRODUTÓRIA

O Balanço Social 2016 da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo) foi elaborado em conformidade com o estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro, que determina a elaboração e apresentação do Balanço Social por todos os serviços e organismos da Administração Pública Central, Regional e Local, incluindo os Institutos Públicos que revistam a natureza de serviços personalizados e fundos públicos que, no termo de cada ano civil, tenham um mínimo de 50 trabalhadores ao seu serviço, qualquer que seja a relação jurídica de emprego.

Evidenciando um conjunto de indicadores de gestão, este documento visa sintetizar informação relacionada com o funcionamento da CCDR Alentejo ao longo de 2016, no que concerne às áreas dos recursos humanos e respetivos encargos financeiros. Trata-se de um instrumento fundamental para caracterizar socialmente este organismo e avaliar o seu capital humano. Como tal, constitui-se como uma referência de base para a definição e implementação da política de recursos humanos da CCDR Alentejo, pretendendo-se que venha a prestar contributos relevantes para a valorização dos mesmos, por via do aumento das suas competências, do seu nível de motivação, e consequentemente para a melhoria do clima organizacional.

Efetivamente, apenas conhecendo com um elevado nível de profundidade os recursos humanos de uma organização, poderemos delinear as estratégias que permitam promover de forma continuada a sua valorização, o que se afigura como fator determinante para uma Administração Pública mais eficiente.

Évora, 23 de março de 2017

Divisão de Gestão Administrativa

## IDENTIFICAÇÃO DO ORGANISMO

**1. Designação: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO (CCDRA)**

**2. Sede: Évora**

Morada – Av. Eng. Arantes e Oliveira, 193 – 7004-514 ÉVORA

Telefone – 266740300

Fax – 266706562

E-mail – [expediente@ccdr-a.gov.pt](mailto:expediente@ccdr-a.gov.pt)

Site - [www.ccdr-a.gov.pt](http://www.ccdr-a.gov.pt)

**3 .Serviços Desconcentrados: Beja, Portalegre e Vila Nova de Santo André**

**4. Número de Pessoa Coletiva - 600 075 826**

**5. Missão do Organismo** – A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA) é um serviço tutelado pelo Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, em coordenação com o Ministro Adjunto, no que diz respeito à relação com as autarquias locais e, com o Ministro do Ambiente, no que diz respeito à definição de orientações estratégicas e à fixação de objetivos nas matérias de ambiente e ordenamento do território, de acordo com o nº 6 do artigo 24º, do Decreto-Lei nº 251-A/2015, de 17 de dezembro, que aprovou o regime de organização e funcionamento do XXI Governo Constitucional.

**6. Número de Pessoas ao Serviço:** Em 31 de dezembro de 2016 – **178**

**7 .Natureza Jurídica** - Serviço periférico da administração direta do Estado, integrado no Ministério do Planeamento e das Infraestruturas, dotado de autonomia administrativa e financeira.

**8. Diplomas Orgânicos** – Os principais diplomas orgânicos enquadradores da atividade da CCDRA são os seguintes:

1. **DL nº 228/2012, de 25 de outubro** - define a missão e atribuição das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, o seu âmbito de atuação e os seus órgãos de gestão e recursos.
2. **DL nº 251-A/2015, de 17 de dezembro** – aprova o regime de organização e funcionamento do XXI Governo Constitucional.
3. **Portaria nº 528/2007, de 30 de abril** – define a estrutura nuclear das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, e respetivas competências.
4. **Portaria nº 590/2007, de 10 de maio** – fixa o número de unidades orgânicas flexíveis para cada uma das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional
5. **Despacho nº 14484/2007, de 31 de maio** – define as estruturas flexíveis da CCDRALentejo, e respetivas competências.
6. **Despacho nº 12643/2010, de 26 de abril** – altera a estrutura flexível da Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional (DSDR) prevista no Despacho 14484/2007 de 31 de maio
7. **Despacho nº 8790/2015, de 10 de agosto** – altera a estrutura flexível da Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira (DSCGAF)

### PAINEL DE INDICADORES DE GESTÃO 2016

RÁCIOS	FÓRMULA	INDICADOR
Índice de Enquadramento	$(\text{Total de Efetivos} - \text{Dirigentes}) \div \text{Dirigentes}$	7,09%
Leque Etário	Trabalhador Mais Velho - Trabalhador Mais Novo	36
Taxa de Envelhecimento	$\Sigma \text{Efetivos Idade} \geq 55 \div \text{Total de Efetivos} \times 100$	41%
Taxa de Feminização	$\Sigma \text{Efetivos do Sexo Feminino} \div \text{Total de Efetivos} \times 100$	56,17%
Taxa de Masculinização	$\Sigma \text{Efetivos do Sexo Masculino} \div \text{Total de Efetivos} \times 100$	43,83%
Índice de Tecnicidade (com Dirigentes)	$(\text{Dirigentes} + \text{Técnicos Superiores}) \div \text{Total de Efetivos} \times 100$	67,41%
Índice de Tecnicidade (sentido lato)	$\text{Técnicos Superiores} \div \text{Total de Efetivos} \times 100$	55,05%
Taxa de Formação Superior	$(\text{Total de Efetivos com Mestrado} \div \text{Lic.} + \text{Pós-Graduação} + \text{Bacharelato ou Curso Médio}) \div \text{Total de Efetivos} \times 100$	67,41%
Taxa de Escolaridade ≤ 6 anos	$\Sigma \text{Efetivos com Escolaridade} \leq 6 \text{ anos} \div \text{Total de Efetivos} \times 100$	4,49%
Taxa de Escolaridade = 9 anos	$\Sigma \text{Efetivos com Escolaridade} = 9 \text{ anos} \div \text{Total de Efetivos} \times 100$	2,24%
Taxa de Escolaridade = 12 anos	$\Sigma \text{Efetivos com Escolaridade} = 12 \text{ anos} \div \text{Total de Efetivos} \times 100$	25,84%
Índice de Admissões	$\text{N}^\circ \text{ Total de Admissões} \div \text{Total de Efetivos} \times 100$	2,24%
Índice de Saídas	$\text{N}^\circ \text{ Total de Saídas} \div \text{Total de Efetivos} \times 100$	1,12%
Taxa de Absentismo	$\text{Total de Dias de Ausência} \div [\text{N}^\circ \text{ de Efetivos} \times \text{Dias Trabalháveis do Ano (retirados 22 de férias)}] \times 100$ <small>Nota: 232 dias trabalháveis em 2016</small>	5,69%

## 1. CARACTERIZAÇÃO DO EFETIVO GLOBAL

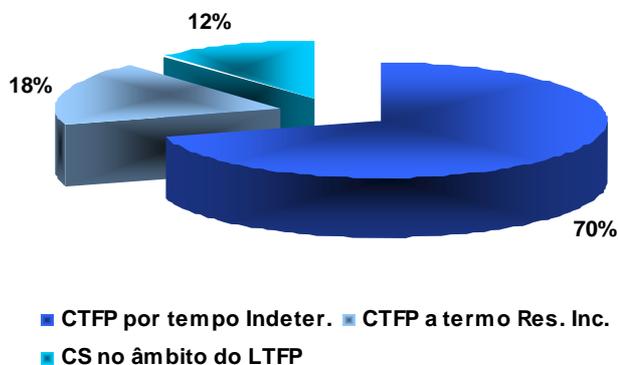
A estrutura orgânica da CCDR Alentejo conta com 178 colaboradores a 31 de dezembro de 2016, distribuídos conforme quadro anexo:

Efetivos por grupo profissional	M	F	Total
Dirigente Superior	4	1	5
Dirigente Intermédio	10	7	17
Técnico Superior	40	56	96
Coordenador Técnico	0	2	2
Assistente Técnico	11	26	37
Vigilante da Natureza	3	1	4
Assistente Operacional	5	6	11
Informático	5	1	6
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>100</b>	<b>178</b>

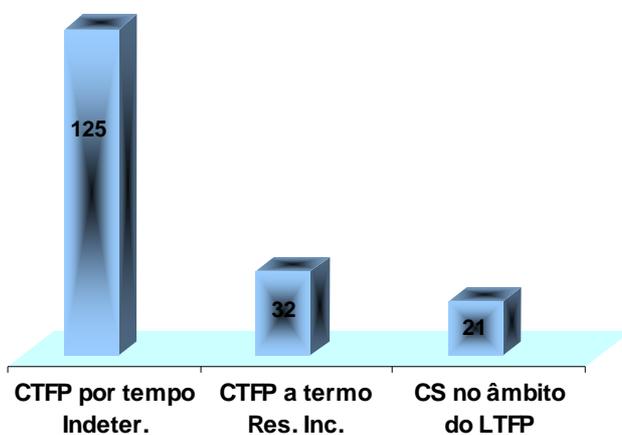
### 1.1 Efetivos por modalidade de vinculação

Dos 178 trabalhadores em funções na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, verifica-se que 70% (125) têm Contrato em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, 18% (32) têm Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto e 12% (21) encontram-se em regime de Comissão de Serviço/Substituição/Gestão Corrente. Há ainda a considerar duas trabalhadoras em regime de tarefa, sendo que uma está a exercer funções no Serviço Sub-regional de Beja e a outra no Serviço Sub-regional de Portalegre.

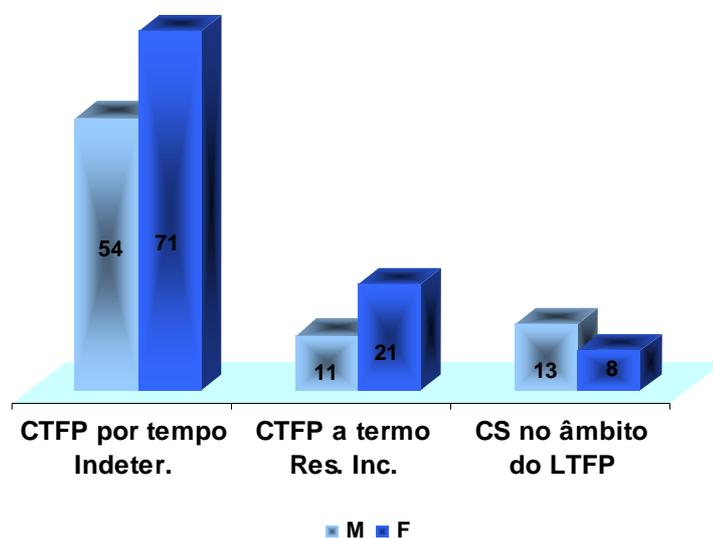
**Percentagem de trabalhadores segundo a modalidade de vinculação**



### Modalidade de Vinculação



### Modalidade de Vinculação por Sexo



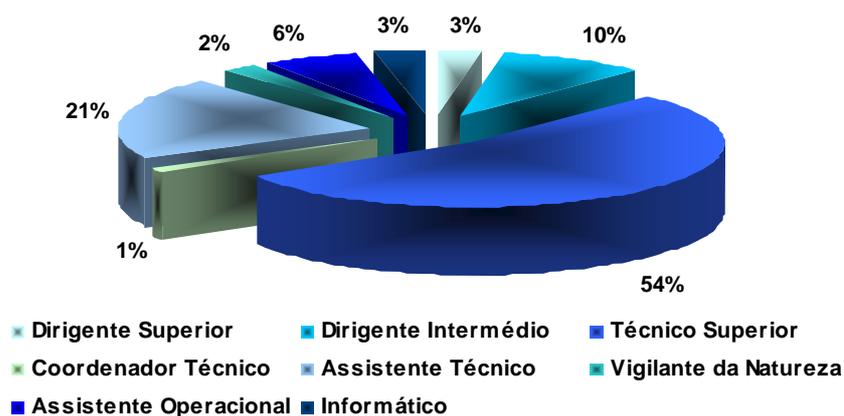
Modalidade de Vinculação	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
CTFP por Tempo Indeterminado	151	141	139	139	123	122	125
CTFP a termo Resolutivo Incerto	29	30	30	29	29	32	32
CS no âmbito do LTFP	35	30	24	23	23	22	21
<b>Total</b>	<b>215</b>	<b>201</b>	<b>193</b>	<b>191</b>	<b>175</b>	<b>176</b>	<b>178</b>

\* Existe 1 trabalhador em Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto que está em Comissão de Serviço como Dirigente Superior no âmbito do Programa Operacional Regional do Alentejo

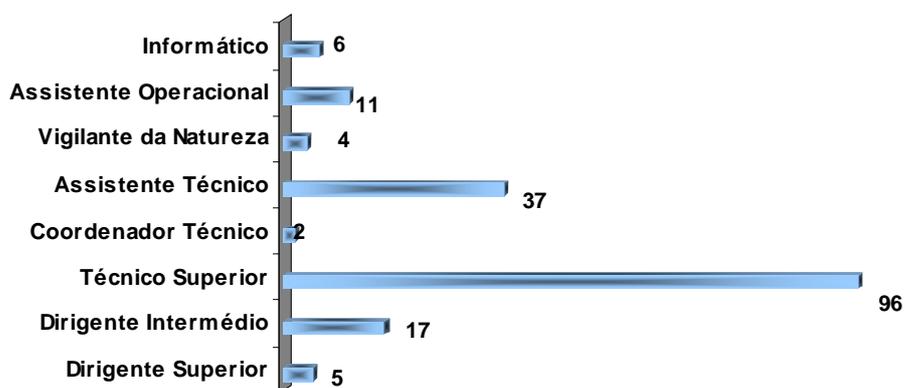
## 1.2 Efetivos por grupo profissional/cargo/carreira

Em relação à distribuição de efetivos por grupos profissionais, verifica-se que, à semelhança dos anos anteriores, o maior número de efetivos encontra-se nos grupos de pessoal Técnico Superior (54%) e Assistente Técnico (21%), seguido dos Dirigentes Intermédios (10%), dos Assistentes Operacionais (6%), dos Dirigentes Superiores (3%), dos Informáticos (3%), dos Vigilantes da Natureza (2%) e por fim dos Coordenadores Técnicos (1%).

Percentagem de efetivos por grupo/cargo/carreira



### Distribuição de pessoal por grupo, cargo e carreira



No que se refere ao índice de enquadramento, que expressa a relação entre o total de efetivos (não considerando os dirigentes) e o número de profissionais pertencentes ao grupo de pessoal dirigente, verifica-se um aumento no valor de 2016 (7,09%), relativamente ao valor do ano anterior (6,65%), o qual decorre do ligeiro aumento do número de efetivos não dirigentes, face ao decréscimo de dirigentes.

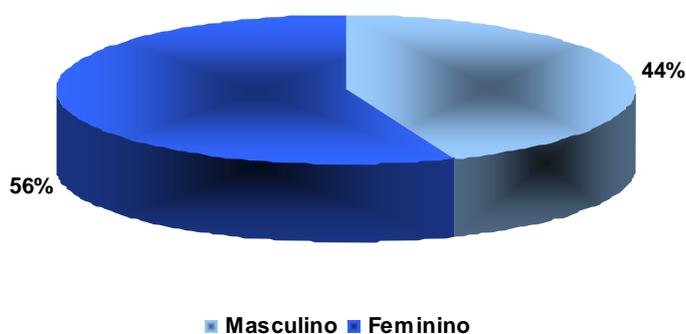
Recursos Humanos	Dirigentes	Total Efetivos	Índice de Enquadramento
2007	41	348	7.48
2008	34	241	6.08
2009	33	224	5.78
2010	35	215	5.14
2011	30	201	5.7
2012	25	193	6.72
2013	24	191	6.95
2014	24	175	6.29
2015	23	176	6.65
2016	22	178	7.09

\*Existe 1 trabalhador em Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto que está em Comissão de Serviço como Dirigente Superior no âmbito do Programa Operacional Regional do Alentejo.

### 1.3 Efetivos segundo o sexo

Da análise dos dados da distribuição de efetivos por sexos, à semelhança dos anos posteriores a 2008, verifica-se a predominância do sexo feminino no universo dos efetivos (100 em 178). Esta realidade traduz-se numa taxa de feminização de 56% e de masculinização de 44%, a 31/12/2016.

Taxa de feminização e masculinização

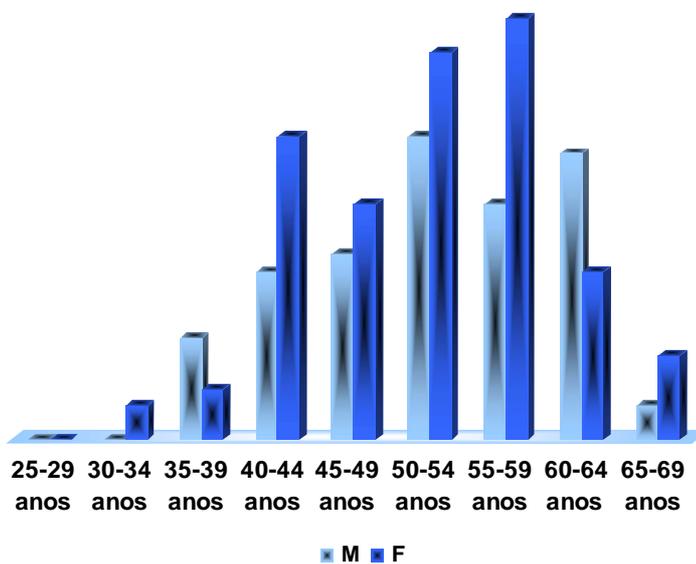


ANOS	M	F	TOTAL
2007	181	167	348
2008	125	116	241
2009	110	114	224
2010	103	112	215
2011	96	105	201
2012	91	102	193
2013	90	101	191
2014	80	95	175
2015	79	97	176
2016	78	100	178

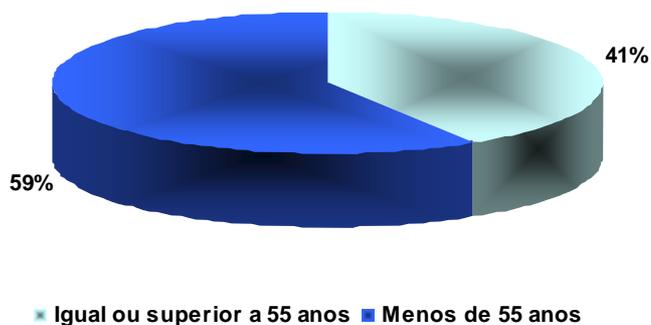
#### 1.4 Efetivos por estrutura etária

Da análise da estrutura etária, mantém-se a tendência do ano anterior, com acentuação no envelhecimento dos trabalhadores, sendo a **taxa de envelhecimento** (que consiste no somatório dos efetivos de idade igual ou superior a 55 anos, sobre o total de efetivos) de **41%**. O **leque etário** (traduz-se na diferença entre o trabalhador mais novo de 31 anos e o mais velho de 67 anos) é de **36 anos**.

**Trabalhadores por Sexo segundo o Escalão Etário**



**Taxa de envelhecimento dos trabalhadores**

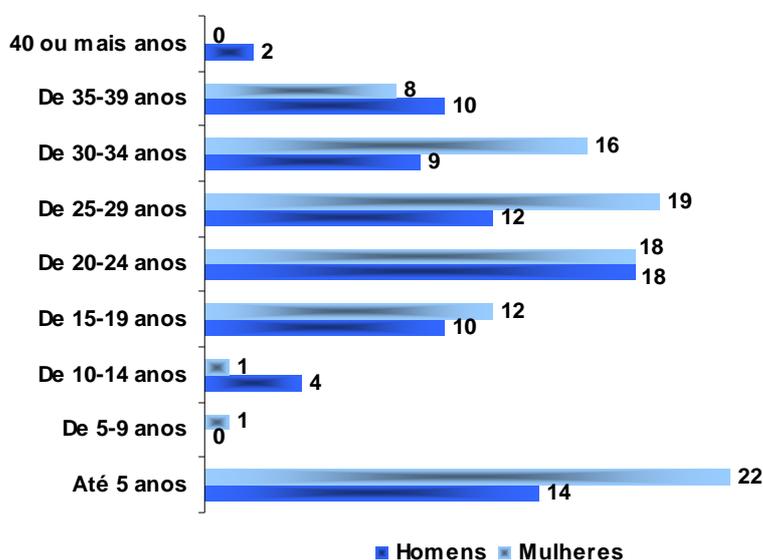


### 1.5 Efetivos por antiguidade

Em relação à estrutura de antiguidades, há a salientar que 36 trabalhadores, não abrangidos pelo Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, não têm antiguidade na Função Pública, nomeadamente: 2 Dirigentes Superiores admitidos em Comissão de Serviço/Regime Substituição/Gestão Corrente e a desempenhar funções de Presidente e Vice-Presidente, 34 trabalhadores com Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto (1 Técnico Superior com as funções de Dirigente Superior/Secretário Técnico do Programa Operacional Regional do Alentejo, 4 Técnicos Superiores com as funções de Coordenadores do Programa Operacional Regional do Alentejo, 24 Técnicos Superiores, 2 Assistentes Técnicos e 2 Informáticos). Estes 33 trabalhadores, sem antiguidade na Função Pública, foram colocados na coluna de “até 5 anos”, no quadro da “Contagem dos Trabalhadores por Grupo/Cargo/Carreira, segundo o Nível de Antiguidade e Género”. Foi também colocado nesta mesma coluna 1 Técnico Superior que concluiu com sucesso o Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública - CEAGP (Despacho nº 5320/2014 de 16 de Abril), tendo um Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado desde 16/07/2013.

Estrutura de antiguidades	Homens	Mulheres	Total
Até 5 anos	14	22	36
De 5-9 anos	0	3	3
De 10-14 anos	4	1	5
De 15-19 anos	10	13	23
De 20-24 anos	17	18	35
De 25-29 anos	12	20	32
De 30-34 anos	9	15	24
De 35-39 anos	10	8	18
40 ou mais anos	2	0	2
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>100</b>	<b>178</b>

### Trabalhadores segundo o nível de antiguidade e género

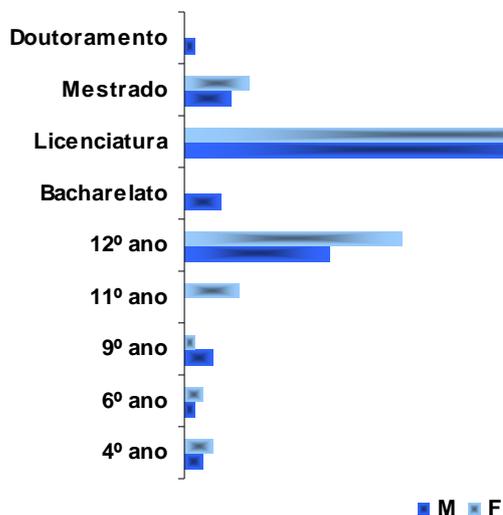


### 1.6 Estrutura habilitacional

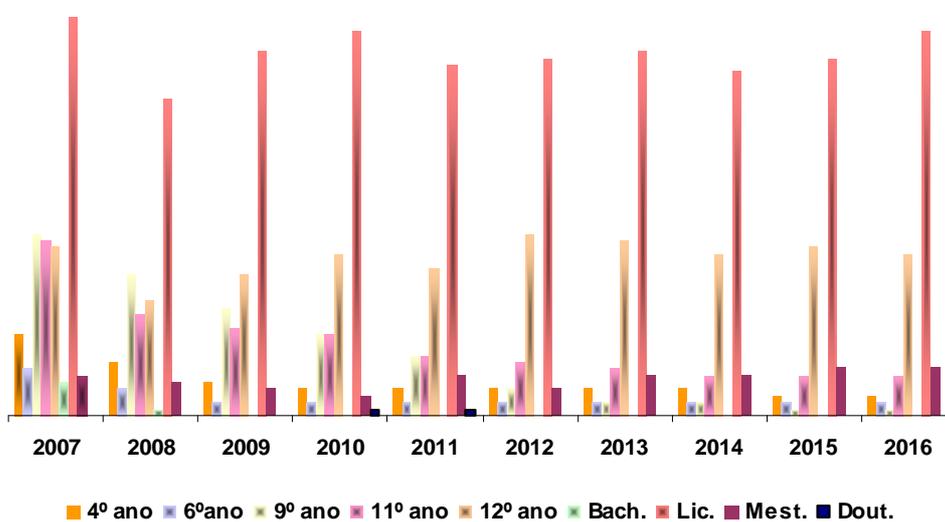
Dos 178 trabalhadores da CCDR Alentejo, mais de metade detém uma licenciatura, que é o grau académico mais predominante. O escasso número de trabalhadores detentores de bacharelato prende-se com a entrada do Processo de Bolonha nas Universidades Portuguesas, que fez cessar este grau de habilitação académica. O grau de mestrado tem também um peso pouco significativo na estrutura habilitacional da CCDR Alentejo e o grau de doutoramento só tem um trabalhador em 2016.

Habilitações académicas	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ensino Básico	91	63	45	39	31	20	17	14	12	12
Ensino Secundário	99	57	52	54	50	55	51	46	47	46
Bacharelato	12	7	5	5	4	4	4	4	4	4
Licenciatura	133	102	111	109	104	104	106	97	99	103
Mestrado	13	12	11	7	11	10	13	14	14	12
Doutoramento	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
<b>Total</b>	<b>348</b>	<b>241</b>	<b>224</b>	<b>214</b>	<b>201</b>	<b>193</b>	<b>191</b>	<b>175</b>	<b>176</b>	<b>178</b>

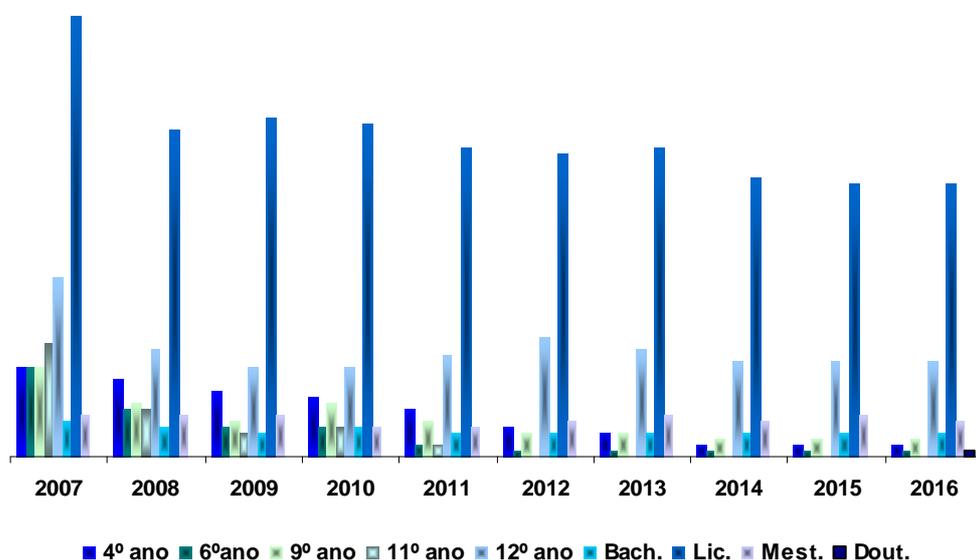
### Habilitações Académicas



### Estrutura Habitacional Feminina



### Estrutura Habitacional Masculina



### 1.7 Trabalhadores portadores de deficiência

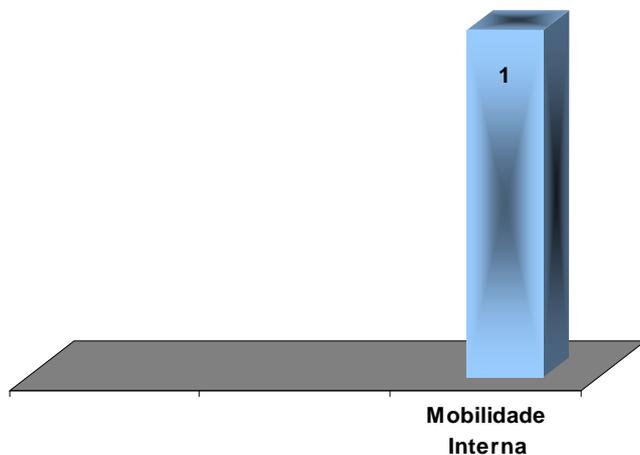
No ano de 2016 apenas 1 trabalhador efetivo (Assistente Técnico), do sexo feminino, esteve enquadrado no regime de trabalhador deficiente, de acordo com os regimes de isenções e benefícios fiscais para efeitos de tributação sobre o rendimento.

## 2. Movimentos de pessoal

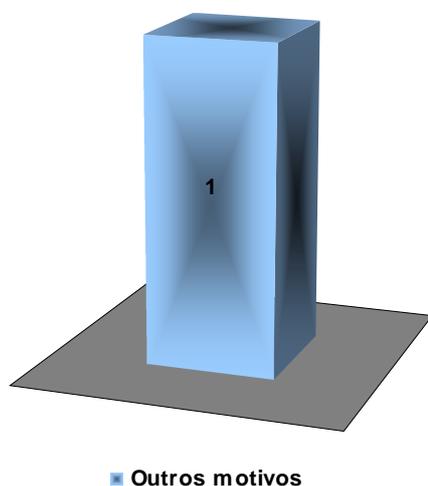
### 2.1 Saídas

A 31 de dezembro de 2016 a CCDR Alentejo contava com 178 trabalhadores, constatando-se um aumento de 2 efetivos em relação a 31 de dezembro de 2015. Saíram 2 trabalhadores, nomeadamente: 1 Assistente Técnico por Mobilidade Interna e 1 Dirigente Superior por Outros Motivos.

### Saídas de Trabalhadores Contratados

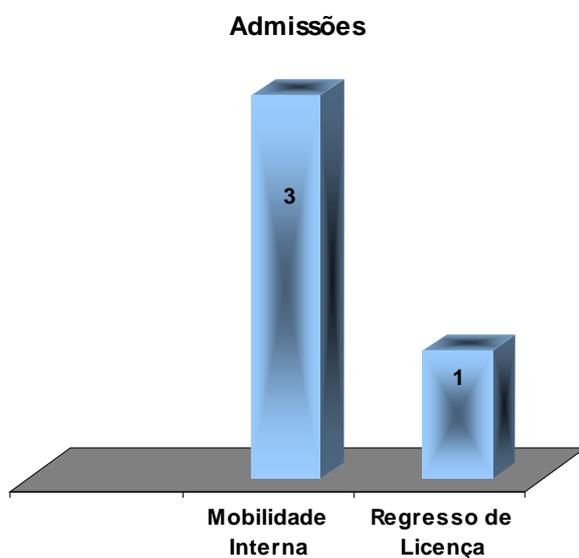


### Saída de Trabalhadores Nomeados ou em Comissão de Serviço



## 2.2 Entradas – Admissões e regressos

Foram admitidos 4 trabalhadores, nomeadamente: 3 Técnicos Superiores através de Mobilidade Interna e 1 Técnico Superior por Regresso de Licença Sem Vencimento.



### 2.3 Mudanças de Situação

Em 2016 não houve mudanças de situação de trabalhadores.

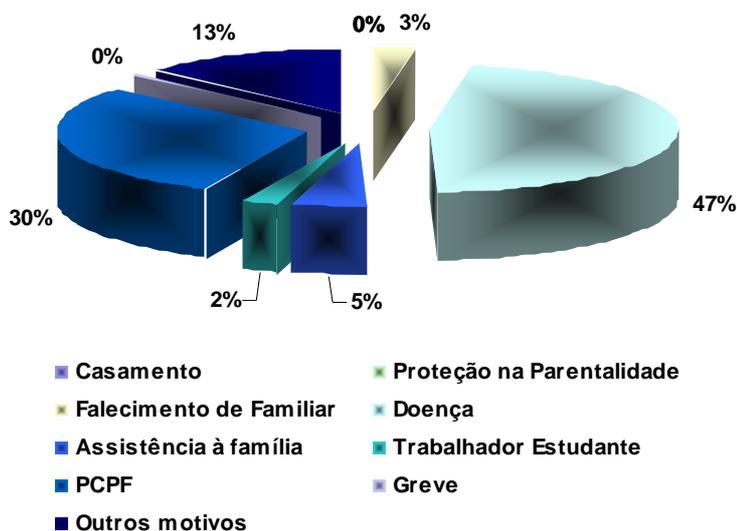
### 3. Alteração do posicionamento remuneratório

Em 2016 não houve alteração do posicionamento remuneratório de nenhum dos trabalhadores da CCDRA.

### 4. Absentismo

No ano de 2016 registaram-se 2350 dias de ausência ao trabalho. A taxa de absentismo é de 5,69%. Verifica-se uma maior ausência dos trabalhadores por motivos de doença, por conta do período de férias e por outros motivos.

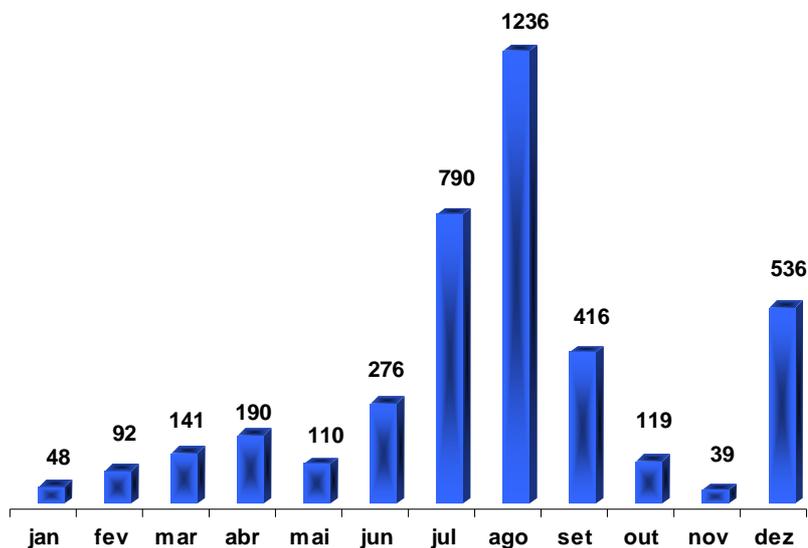
### Motivos de ausência



## 5. Dias de férias

Além dos dias de ausência ao trabalho pelos vários motivos descritos no gráfico anterior, houve ainda o gozo por motivo de férias, verificando-se um pico mais alto no mês de agosto.

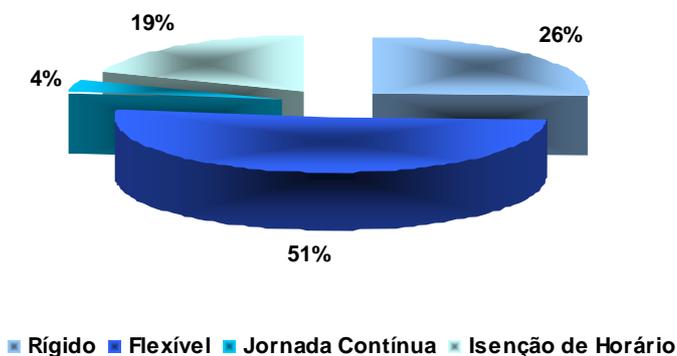
### Dias de ausências por mês, por motivo de férias



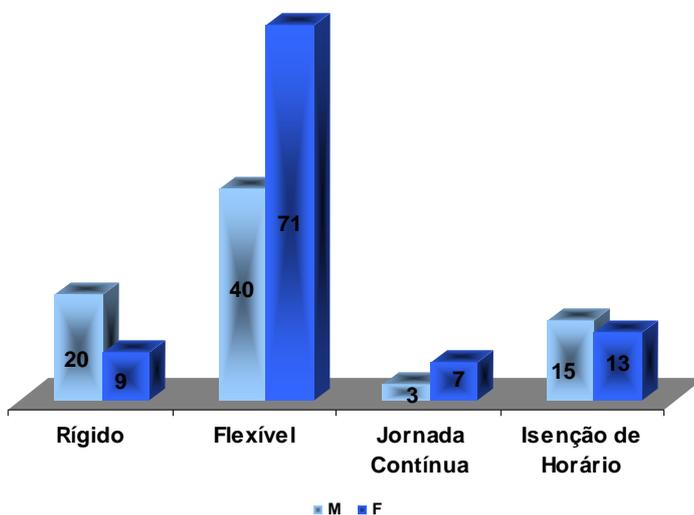
## 6. Regime de horário

Na análise feita às várias modalidades de horário vigentes na CCDR Alentejo, salienta-se a percentagem dos trabalhadores que têm horário flexível (51%). Têm horário rígido 26% dos trabalhadores, 19% gozam de isenção de horário e 4% tem jornada contínua.

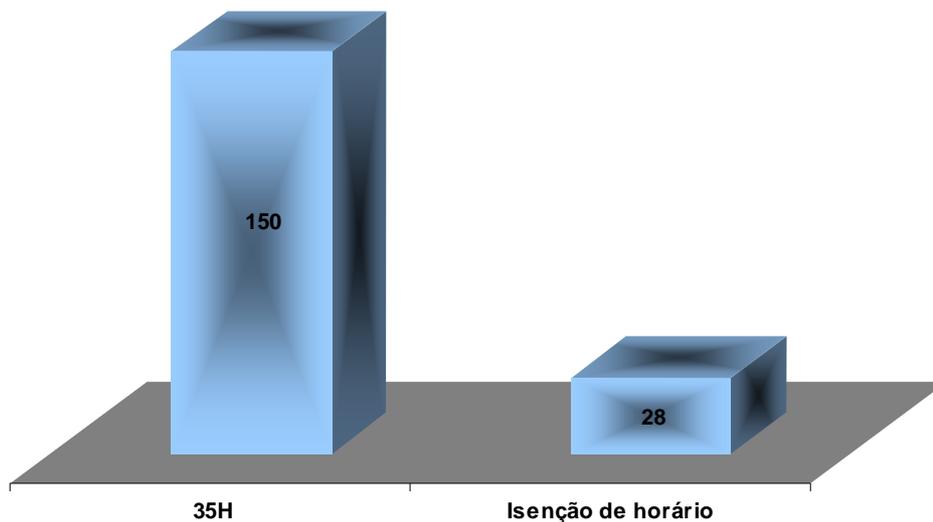
### Modalidades de horário



### Modalidades de horário segundo o sexo



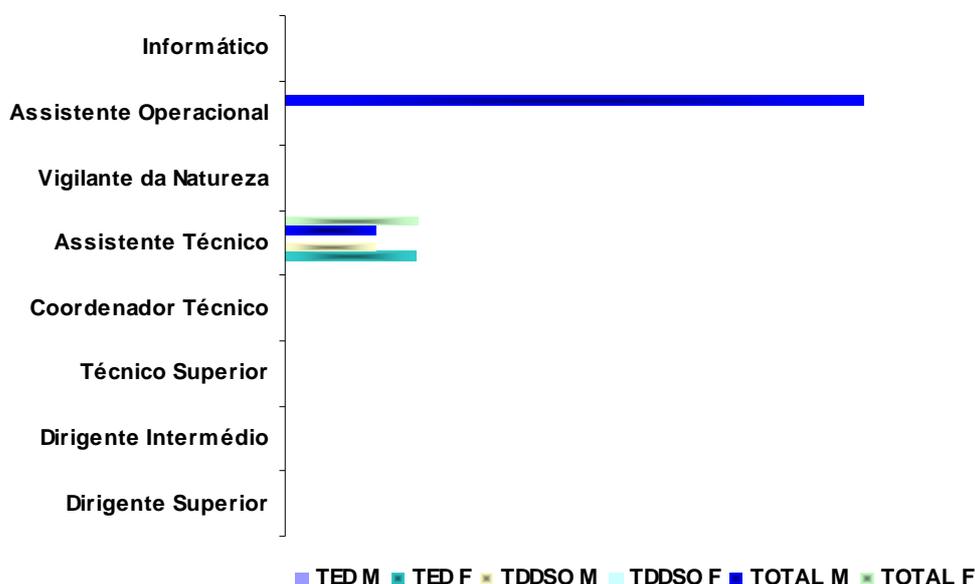
### Trabalhadores por período normal de trabalho



## 7. Trabalho extraordinário por grupo e período normal de trabalho

No que concerne ao trabalho extraordinário por grupo, constata-se uma maior percentagem de horas realizadas nesta modalidade de prestação de trabalho, no grupo dos assistentes operacionais/motoristas.

Trabalho extraordinário segundo a modalidade de prestação de trabalho e género



TED – Trabalho Extraordinário Diurno; TDDSO – Trabalho em Dias de Descanso Semanal Obrigatório

## 8. Encargos com pessoal em 2016

Na análise aos encargos com pessoal em 2016 constata-se que 75 % dizem respeito ao abono da remuneração base dos trabalhadores, 22 % a prestações sociais e 3% a suplementos remuneratórios.

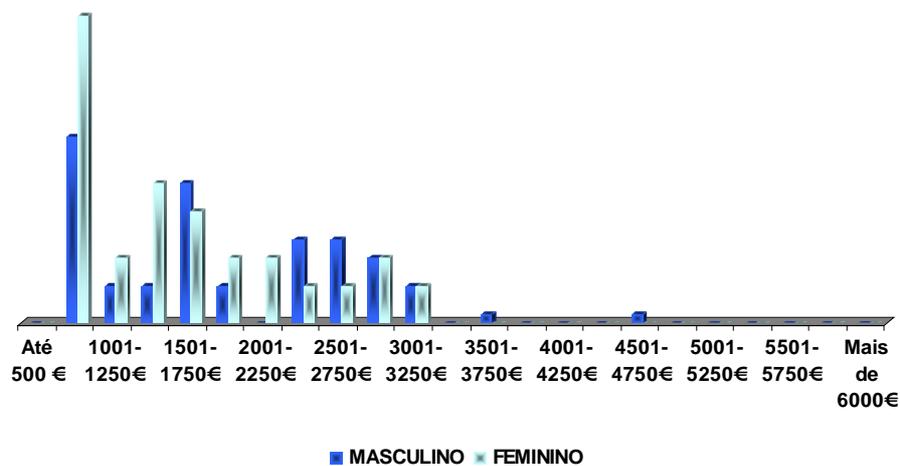
Encargos com pessoal em 2016	
Valor (Euros)	
Remuneração base	4.185.004,95 €
Suplementos remuneratórios	187.398,03 €
Prestações sociais	1.249.450,37 €
Outros encargos com pessoal	11.213,09 €
<b>Total</b>	<b>5.633.066,44 €</b>

GÉNERO/ESCALÃO DE REMUNERAÇÕES	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Até 500 €	0	0	0
501-1000€	20	33	53
1001-1250€	4	7	11
1251-1500€	4	15	19
1501-1750€	15	12	27
1751-2000€	4	7	11
2001-2250€	0	7	7
2251-2500€	9	4	13
2501-2750€	9	4	13
2751-3000€	7	7	14
3001-3250€	4	4	8
3251-3500€	0	0	0
3501-3750€	1	0	1
3751-4000€	0	0	0
4001-4250€	0	0	0
4251-4500€	0	0	0
4501-4750€	1	0	1
4751-5000€	0	0	0
5001-5250€	0	0	0
5251-5500€	0	0	0
5501-5750€	0	0	0
5751-6000€	0	0	0
Mais de 6000€	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>78</b>	<b>100</b>	<b>178</b>

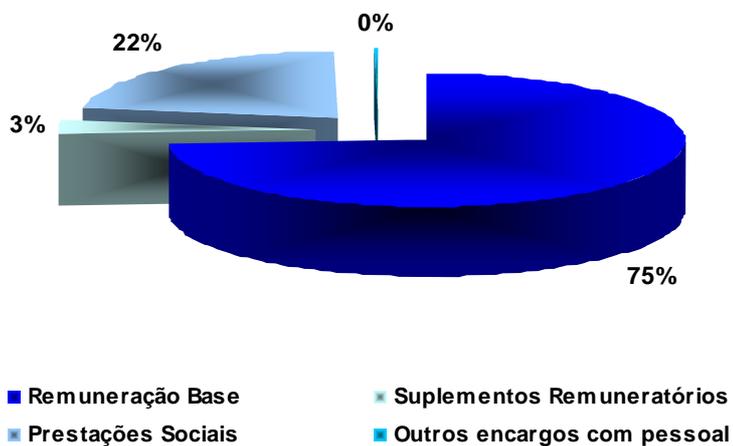
REMUNERAÇÕES DE DEZEMBRO	MASCULINO	FEMININO
Mínimas	530,00 €	530,00 €
Máximas	4.621,12 €	3.173,95 €

\* Com redução remuneratória ao abrigo da Lei nº 75/2014, artº 4º

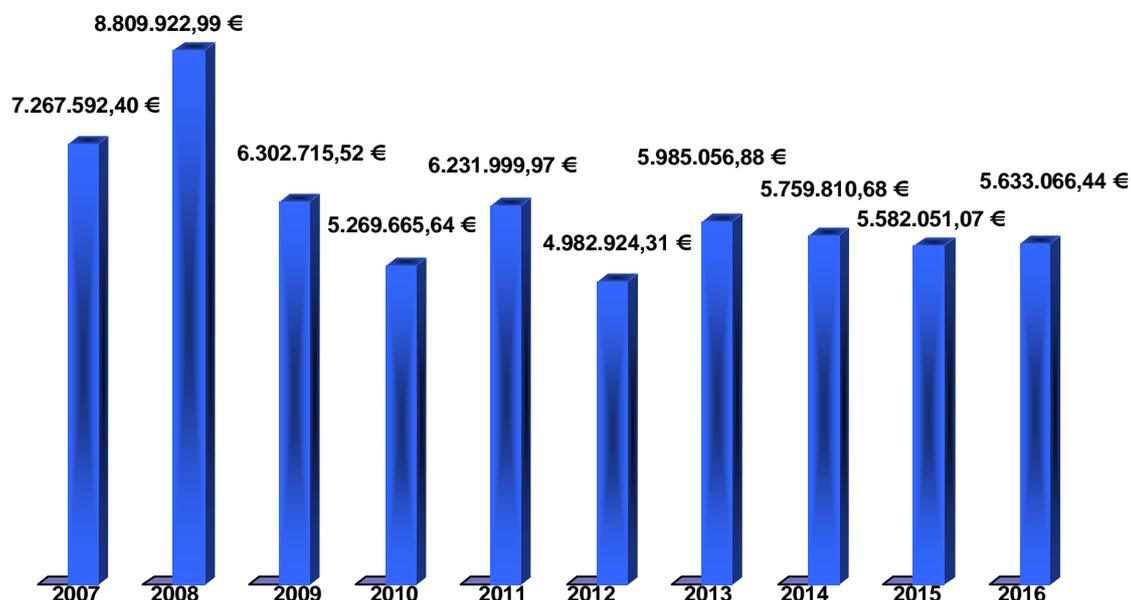
### Estrutura Remuneratória, por Género



### Encargos com pessoal



### Encargos com pessoal por anos



## 9. Ações de Formação Profissional e Plano de Formação

Elaborado no final de 2015, o Plano de Formação da CCDR Alentejo para 2016, por questões de diversa ordem sofreu algumas alterações, não tendo sido possível cumprir 5 das 8 ações planeadas, nomeadamente:

- 2 de informática em LIBREOFFICE
- 1 do QCA 2014-2020 – Fundos Comunitários
- 1 de Gestão Documental
- 1 de Gestão e Planeamento

Em contrapartida, foram realizadas na CCDRA outras 7 ações, nomeadamente:

- “Cerimonial e Protocolo na Administração Pública” - Formadora Dra. Cristina Fernandes – 20 e 21 de junho (14 horas) – 29 participantes
- “Regime Jurídico das Comunidades Intermunicipais, Municípios e Freguesias” – Formador Dr. Luís Santos/CCDRA – 27 de junho (7 horas) – 15 participantes

- “Implementação de Sistemas de Gestão da Qualidade” - SGS - 14, 15 e 16 de novembro (24 horas) – 12 participantes
- “Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho” - Formadora Eng. Magda Pratas/CCDRA – 13 de dezembro (7 horas) – 13 participantes
- Esclarecimento de Dúvidas QGIS – Formador Dr. José Carlos Santos/CCDRA – 13 de dezembro (4 horas) – 3 participantes
- “Formação da Equipa de Emergência Interna da CCDR Alentejo” – 16 de dezembro (2 ações de duas horas cada e realização de simulacro) - 28 participantes
- “Qualificação de Auditores Internos da Qualidade ISO 9001:2015” - SGS – 12, 14 e 16 de dezembro (24 horas) - 10 participantes da CCDRA e 2 participantes da ARH

Em 2016, os colaboradores da CCDRA frequentaram também ações de formação externas, nomeadamente:

- “Encerramento de Contas – Aspetos Contabilísticos e Fiscais” - OTOC - 28 de janeiro (8 horas) – 1 participante da DSCGAF
- “Tout est nouveau – Développer, une évolution radicale: un dialogue social avec avenir” - 18 e 19 de fevereiro (16 horas) – 1 participante do GICS (autoformação)
- “SUSE Linux Expert Days 2016” - Novell Portugal Informática, Lda – 25 de fevereiro (7 horas) – 1 participante da DSCGAF
- “Nova Aplicação de Gestão da Formação” – INA – 3 de março (3 horas) – 2 participantes da DSCGAF
- 4ª Sessão “Apresentação de Boas Práticas e Valorização das Pessoas” – 17 de março (3 horas) – 2 participantes da DSCGAF

- “Instrumentos Legais de Gestão Orçamental e Financeira” - INA – 30 e 31 de março (14 horas) – 3 participantes da DSCGAF
- “Congresso AMAentejo” - 2 de abril (7 horas)– 1 participante de VPR 2
- “10º Fórum Nacional de Resíduos” - About Blue, Comunicação Lda” - 19 e 20 de abril (14 horas) – 1 participante VPR 2 e 1 participante DSA
- “Workshop sobre Metadados e Criação de Serviços de Dados Geográficos” – 13 de abril (4 horas) – 1 participante da DSF e 2 participantes da DSOT
- “Segurança Social Direta – Rejeição da Declaração Mensal de Remunerações com Erros” – 29 de abril (3 horas) – 2 participantes da DSCGAF
- “3ª Conferência Anual de Gestão Agrícola e Florestal Inteligente para as Alterações Climáticas” - 2 de maio (8 horas) – 4 participantes da DSA
- “10º Simpósio de Vitivinicultura do Alentejo” – 4 a 6 de maio (21 horas) – 2 participantes da DSCGAF – Filomena Jeremias e José António Rilhas
- VIII Conferência “Secretariado e Assistente de Direção” - Global Estratégias Consultoria de Formação e E-Learning - 12 de maio (7 horas) – 1 participante da DSCGAF e 1 participante de PRE
- Simpósio “Programa do SimSIC 2016 – Ciberterrorismo” - 12 de maio (7 horas) – 1 participante da DSCGAF
- “6ª Conferência Nacional de Avaliação de Impactes” - 19, 20 e 21 de maio (21 horas) – 1 participante de VPR e 5 participantes da DSA
- Sessão “O Desafio da Gestão de Projetos no Setor Público” - ESPAP – 2 de junho (3 horas) – 2 participantes da DSCGAF

- “Formação Avançada em CAKEPHP – Universidade de Évora - 6, 8, 9, 13, 15, 16, 20, 22 e 23 de junho (72 horas) – 1 participante da DSCGAF e 1 da UCC
- “Processamento de Vencimentos e Ajudas de Custo” - INA – 20 a 23 de junho (32 horas) – 2 participantes da DSCGAF
- “Formação certificada SNC-AP” - ISCAD – 13 de julho (7 horas) – 3 participantes da DSCGAF
- “Segurança da Informação: Gestão de Risco de TI” - INA – 12 a 14 de setembro (18 horas) – 1 participante da DSCGAF
- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – IMT – 21 a 23 de setembro de 2016 (24 horas) – 6 participantes (4 da DSAJAL e 2 da DSCGAF)
- Congresso Anual “Q-Day Conference” - Quidgest” - 22 de setembro (8 horas) – 4 participantes da DSCGAF
- Encontro Nacional das Agências de Energia – 27 de setembro (7 horas) – 1 participante da DSDR
- “Curso Desenho e Implementação de Indicadores de Apoio à Decisão” - Key Training & Consulting/MAMB – 10 e 11 de outubro (14 horas) – 2 participantes da DSCGAF
- Seminário Internacional “Un mercato unico del digitale connesso e cambiamento del lavoro” - Milão – 2 a 4 de novembro (21 horas) – (autoformação) – 1 participante do GICS
- Conferência “Gestão Documental: Utopia e Realidade” - 8 de novembro (7 horas) – APDSI – 3 participantes da DSCGAF
- Território e Paisagem – Paisagens Sustentáveis e Oportunidades de Desenvolvimento – 16 de novembro (7 horas) – CCDRA – 3 participantes (DSDR, DSOT e USICH)

- Organização e Inovação nos arquivos da CCDRALentejo – Reinventar a organização – Arquivo Distrital de Évora – 28, 29 e 30 de novembro (21 horas) – 3 participantes da DSCGAF
- “Temas Avançados de Protocolo e Cerimonial na Gestão de Eventos Institucionais” - Universidade de Évora – 28 e 29 de novembro (14 horas)– 3 participantes de PRE
- Colóquio Comemorativo dos 100 anos do Arquivo Distrital de Évora – 28 de novembro (7 horas) – DGARQ – 3 participantes da DSCGAF

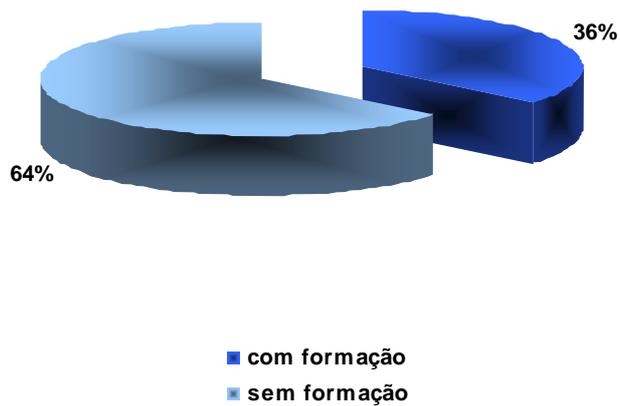
As despesas com as ações de formação em 2016 totalizaram 18.540,57 €.

TIPO DE AÇÃO/VALOR	VALOR (EUROS)
DESPESA COM AÇÕES INTERNAS	5.535,00 €
DESPEASAS COM AÇÕES EXTERNAS	13.005,57 €
<b>TOTAL</b>	<b>18.540,57 €</b>

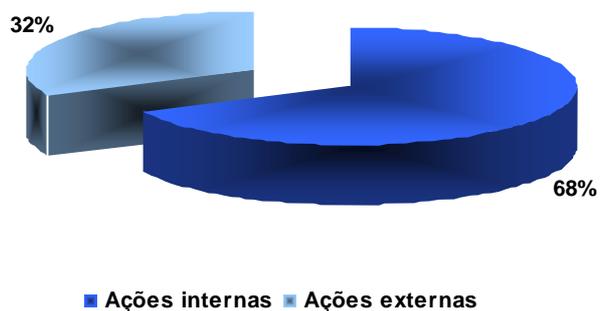
**Participações em ações de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de ação:**

Cargo	Ações Internas	Ações Externas	Participações	Participantes
Dirigente Superior	1	1	2	2
Dirigente Intermédio	8	7	15	7
Técnico Superior	50	13	63	39
Coordenador Técnico	1	0	1	1
Assistente Técnico	11	9	20	10
Vigilante da Natureza	1	0	1	1
Assistente Operacional	1	1	2	1
Informático	2	4	6	3
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>35</b>	<b>110</b>	<b>64</b>

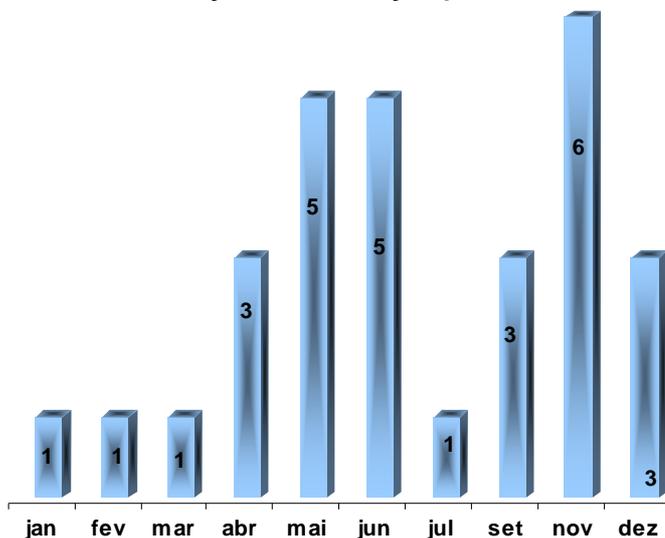
### Trabalhadores com formação



### Participações em ações de formação externas e internas



**Ações de formação por mês**



## **10. Medicina no Trabalho - Comissão de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho**

Ciente da importância que a Medicina no Trabalho representa para a organização e, face à necessidade de dar cumprimento às obrigações legais em matéria de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, previstas na Lei nº 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e nos demais diplomas legais, a CCDRA deu continuidade ao iniciado nos anos transatos, fazendo um Contrato de Prestação de Serviços de Saúde no Trabalho com a empresa INTERPREV, que abrangeu 170 trabalhadores (8 trabalhadores assinaram um Termo de Responsabilidade declarando ter sido de sua livre e espontânea vontade a não realização dos exames médicos solicitados pela INTERPREV), aos quais foram realizados exames médicos, quer na sede, quer nos Serviços Sub-regionais de Beja, Portalegre e de Santo André.

Haverá ainda, a partir de janeiro de 2017, durante uma tarde, 4 horas por mês, consulta de Medicina no Trabalho com um médico da clínica INTERPREV que estará disponível, na CCDRA, para atender os trabalhadores que necessitarem.

## 11. Conclusão

A informação constante do Balanço Social da CCDR Alentejo faz dele um elemento facilitador da gestão do desempenho social e desenvolvimento do capital humano deste Organismo.

Efetivamente os recursos humanos apresentam-se, cada vez mais, como o recurso mais valioso em qualquer organização, pois é deles que depende a capacidade de inovação, adaptação a novas tecnologias e o sucesso no cumprimento de forma eficaz e eficiente dos objetivos organizacionais.

Situar a CCDR Alentejo no seu contexto humano e social a apoiar a tomada de decisão aos níveis do planeamento e gestão nas áreas sociais e de recursos humanos é, pois, o objetivo dos instrumentos de gestão produzidos, nomeadamente o do Balanço Social.

Devemos continuar a trabalhar e a envidar todos os esforços para que a CCDRA seja cada vez mais um organismo dinâmico e empreendedor, servindo o Alentejo, atendendo sempre às pessoas, ao seu desempenho e à sua motivação.

Este Balanço Social retrata a evolução deste organismo nos últimos anos e mostra-nos, de uma forma evidente, que:

1. Existe uma tendência acentuada no envelhecimento dos recursos humanos, importando que os novos quadros técnicos da CCDR Alentejo tenham o necessário tempo de integração na organização, de modo a que sejam um valor seguro, pelo que importará que futuros recrutamentos venham a conseguir inverter a tendência de envelhecimento supra mencionada;
2. Como fator positivo registre-se um maior grau de tecnicidade que os recursos humanos da CCDR Alentejo hoje apresentam, sendo que os grupos de trabalhadores que são titulares de graus habilitacionais mais baixos são atualmente em menor número, notando-se que o grupo dos licenciados apresenta hoje, proporcionalmente, um peso superior, o que permite naturalmente melhores níveis de desempenho da organização.

Dito isto, no ambiente externo em que vivemos, é fundamental proteger e desenvolver os recursos humanos, os quais são o maior ativo para a criação de vantagens competitivas sustentáveis.

O fenómeno do envelhecimento da sociedade e da população ativa tem marcadamente reflexos de âmbito social e económico nas organizações, pelo que a CCDR Alentejo não será exceção, devendo contudo saber adaptar-se aos novos tempos.



Comissão de Coordenação  
e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Por outro lado, importará que os recursos humanos sejam capazes de promover as mudanças a que uma organização como a CCDR Alentejo está sujeita e sejam eles os principais atores da modernização do organismo.



Comissão de Coordenação  
e Desenvolvimento Regional do Alentejo

## **12. Anexos – Quadros 1 a 32**



## RELATÓRIO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

**2016**

Elaborado no final de 2015, o Plano de Formação da CCDR Alentejo para 2016, por questões de diversa ordem sofreu algumas alterações, não tendo sido possível cumprir 5 das 8 ações planeadas, nomeadamente:

- 2 de informática em LIBREOFFICE
- 1 do QCA 2014-2020 – Fundos Comunitários
- 1 de Gestão Documental
- 1 de Gestão e Planeamento

Em contrapartida, foram realizadas na CCDRA outras 7 ações, nomeadamente:

- “Cerimonial e Protocolo na Administração Pública” - Formadora Dra. Cristina Fernandes – 20 e 21 de junho (14 horas) – 29 participantes (1.107 €)
- “Regime Jurídico das Comunidades Intermunicipais, Municípios e Freguesias” – Formador Dr. Luís Santos/CCDRA – 27 de junho (7 horas e sem custos) – 15 participantes
- “Implementação de Sistemas de Gestão da Qualidade” - SGS - 14, 15 e 16 de novembro (24 horas) – 12 participantes (2.214 €)
- “Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho” - Formadora Eng. Magda Pratas/CCDRA – 13 de dezembro (7 horas e sem custos) – 13 participantes
- Esclarecimento de Dúvidas QGIS – Formador Dr. José Carlos Santos/CCDRA – 13 de dezembro (4 horas e sem custos) – 3 participantes
- “Formação da Equipa de Emergência Interna da CCDR Alentejo” – 16 de dezembro (2 ações de duas horas cada e realização de simulacro) - 28 participantes
- “Qualificação de Auditores Internos da Qualidade ISO 9001:2015” - SGS – 12, 14 e 16 de dezembro (24 horas) – (2.214 €) - 10 participantes da CCDRA e 2 participantes da ARH

Em 2016, os colaboradores da CCDRA frequentaram também **ações de formação externas**, nomeadamente:

- “Encerramento de Contas – Aspetos Contabilísticos e Fiscais” - OTOC - 28 de janeiro – 1 participante da DSCGAF (32€) - João Mendes
- “Tout est nouveau – Développer, une évolution radicale: un dialogue social avec avenir” - 18 e 19 de fevereiro (16 horas) – 1 participante do GICS (autoformação) – Maria Reina
- “SUSE Linux Expert Days 2016” - Novell Portugal Informática, Lda – 25 de fevereiro – 1 participante da DSCGAF (sem custos) – João Fialho
- “Nova Aplicação de Gestão da Formação” – INA – 3 de março (3 horas) – 2 participantes da DSCGAF (sem custos) – Ana Ferreira e Cláudia Henriques
- 4ª Sessão “Apresentação de Boas Práticas e Valorização das Pessoas” - março – 2 participantes da DSCGAF (sem custos) – Cláudia Henriques e Maria José Ferrão
- “Instrumentos Legais de Gestão Orçamental e Financeira” - INA – 30 e 31 de março (14 horas) – 3 participantes da DSCGAF (107,43 € por participante) – Leontina Figueira, Paula Saial Correia e Rui Martinho
- “Congresso AMAlentejo” - 2 de abril – 1 participante (VPR) – Jorge Pulido Valente
- “10º Fórum Nacional de Resíduos” - About Blue, Comunicação Lda” - 19 e 20 de abril – 1 participante VPR e 1 participante DSA (513,30 € por participante) – Jorge Pulido Valente e Maria José Santana
- “Workshop sobre Metadados e Criação de Serviços de Dados Geográficos” - abril – 1 participante da DSF e 2 participantes da DSOT (sem custos) – Manuel Pereira, Colatino Simplício e José Carlos Santos

- “Segurança Social Direta – Rejeição da Declaração Mensal de Remunerações com Erros” - abril – 2 participantes da DSCGAF (sem custos) – Alexandrina Maximino e Manuela Garcia
- “3ª Conferência Anual de Gestão Agrícola e Florestal Inteligente para as Alterações Climáticas” - 2 de maio – 4 participantes da DSA (sem custos) – Carina Ramos, Joana Venade; Maria João Matos e Mário Lourido
- “10º Simpósio de Vitivinicultura do Alentejo” - maio – 2 participantes da DSCGAF (sem custos) – Filomena Jeremias e José António Rilhas
- VIII Conferência “Secretariado e Assistente de Direção” - Global Estratégias Consultoria de Formação e E-Learning - 12 de maio – 1 participante da DSCGAF e 1 participante de PRE (184,50€ por participante) – Filomena Jeremias e Ivone Cabral
- Simpósio “Programa do SimSIC 2016 – Ciberterrorismo” - 12 de maio – 1 participante da DSCGAF (5 €) - João Fialho
- “6ª Conferência Nacional de Avaliação de Impactes” - 19, 20 e 21 de maio – 1 participante de VPR e 5 participantes da DSA (200€ por participante) – Jorge Pulido Valente, Maria José Santana, Cristina Martins, Mário Lourido, Joana Venade e Carina Ramos
- Sessão “O Desafio da Gestão de Projetos no Setor Público” - ESPAP – 2 de junho – 2 participantes da DSCGAF (sem custos) – Rui Mendes e Cláudia Henriques
- “Formação Avançada em CAKEPHP – Universidade de Évora - 6, 8, 9, 13, 15, 16, 20, 22 e 23 de junho – 1 participante da DSCGAF e 1 da UCC (110 € por participante) – António Gomes e João Condeço
- “Processamento de Vencimentos e Ajudas de Custo” - INA – 20 a 23 de junho – 2 participantes da DSCGAF (280 € por participante) – Alexandrina Maximino e Manuela Garcia
- “Formação certificada SNC-AP” - ISCAD – 13 de julho – 3 participantes da DSCGAF (sem custos) – Leontina Figueira, Paula Saial Correia e Rui Martinho

- “Segurança da Informação: Gestão de Risco de TI” - INA – 12 a 14 de setembro – 1 participante da DSCGAF (180 €) - João Fialho
- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – IMT – 21 a 23 de setembro de 2016 – (sem custos) – 6 participantes (4 da DSAJAL e 2 da DSCGAF) – Ana Rute Ribeiro, Antónia Silva, Gertrudes Castelo, Regina Varandas, Alexandrina Maximino e Manuela Garcia
- Congresso Anual “Q-Day Conference” - Quidgest” - 22 de setembro – 4 participantes da DSCGAF (sem custos) – Laura Caldes, Leontina Figueira, Paula Saial e Rui Martinho
- Encontro Nacional das Agências de Energia – 27 de setembro de 2016 – 1 participante da DSDR (sem custos) – Pedro Guilherme
- “Curso Desenho e Implementação de Indicadores de Apoio à Decisão” - Key Training & Consulting/MAMB – 10 e 11 de outubro – 2 participantes da DSCGAF (76,67 € por participante) – Rui Mendes e Vicência Cardoso
- Seminário Internacional “Un mercato unico del digitale connesso e cambiamento del lavoro” - Milão – 2 a 4 de novembro – (autoformação, sem custos para a CCDRA) – 1 participante do GICS – Maria Reina
- Conferência “Gestão Documental: Utopia e Realidade” - 8 de novembro de 2016 – APDSI – 3 participantes da DSCGAF – Cláudia Henriques, Maria José Ferrão e Sandra Pinheiro
- Território e Paisagem – Paisagens Sustentáveis e Oportunidades de Desenvolvimento – 16 de novembro – CCDRA – 3 participantes (DSDR, DSOT e USICH) – Pedro Guilherme, Isabel Nogueira e Franklim Calhau
- Organização e Inovação nos arquivos da CCDRALentejo – Reinventar a organização – Arquivo Distrital de Évora – 28, 29 e 30 de novembro – 3 participantes da DSCGAF – Cláudia Henriques, Maria José Ferrão e Sandra Pinheiro
- “Temas Avançados de Protocolo e Cerimonial na Gestão de Eventos Institucionais” - Universidade de Évora – 28 e 29 de novembro – 3 participantes de PRE (150 € por participante) – Ivone Cabral, Filipa Falé e Mariana Pala

- Colóquio Comemorativo dos 100 anos do Arquivo Distrital de Évora – 28 de novembro de 2016 – DGARQ – (3 participantes da DSCGAF) – Cláudia Henriques, Maria José Ferrão e Sandra Pinheiro

**Número de trabalhadores da CCDRA que participaram em ações de formação profissional, por cargo, carreira, grupo e género**

Quadro/carreira/grupo	Género				Total		Taxa de Participação (2) / (1) *100
	Masculino		Feminino		E (1)	P (2)	
	E	P	E	P			
Dirigente Superior de I Grau	1	0	0	0	1	0	0%
Dirigente Superior de II Grau	1	1	0	0	1	1	100%
Vogal Executivo	1	0	0	0	1	0	0%
Secretário Técnico	1	0	1	1	2	1	50%
Dirigente Intermédio de I Grau	3	1	2	2	5	3	60%
Dirigente Intermédio de II Grau	7	1	5	3	12	4	33%
Coordenador	1	0	3	0	4	0	0%
Técnico Superior	39	14	53	31	92	45	48,91%
Especialista de Informática	2	2	0	0	2	2	100%
Coordenador Técnico	0	0	2	1	2	1	50%
Assistente Técnico	11	1	26	12	37	13	35,13%
Técnico de Informática	3	1	1	0	4	1	25%
Vigilante da Natureza	3	0	1	1	4	1	25%
Assistente Operacional	5	1	6	0	11	1	20%
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>22</b>	<b>100</b>	<b>51</b>	<b>178</b>	<b>73</b>	<b>39,88%</b>

E – Nº de efetivos em 31 de Dezembro de 2016 P – Nº de trabalhadores que frequentaram ações de formação

## Formação profissional promovida pela CCDR Alentejo<sup>1</sup>

### Ações frequentadas por trabalhadores da CCDR

Designação da Ação	Área de Formação	Modalidade de Formação	Tipo de Ação	Custos Diretos (milhares de €)	Duração (Horas)	Nº Formandos	Volume Formação	Regime de Formação	Entidade Formadora	Plano Formação (S/N)
1 Cerimonial e Protocolo na Administração Pública	Protocolar	Inicial	Interna	1107 €	14	29	406	Laboral	Dr. Cristina Fernandes	N
2 Regime Jurídico das Comunidades Intermunicipais, Municípios e Freguesias	Jurídica	Inicial	Interna	0 €	7	15	105	laboral	CCDRA – Dr. Luís Santos	N
3 Implementação de Sistemas de Gestão da Qualidade	Qualidade	Inicial	Interna	2214 €	24	12	288	Laboral	SGS Academy	S
4 Qualificação de Auditores Internos da Qualidade ISO 9001:2015	Qualidade	Inicial	Interna	2214 €	24	12	288	Laboral	SGS Academy	S
5 Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	Segurança e Saúde no Trabalho	Inicial	Interna	0 €	7	13	91	Laboral	CCDRA – Eng. Magda Pratas	S
6 Esclarecimento de Dúvidas do QGIS	Informática	Aperfeiçoamento	Interna	0 €	4	3	12	Laboral	CCDRA – Dr. José Carlos Santos	S
7 Formação da Equipa de Emergência Interna da CCDRA	Segurança no Trabalho	Inicial	Interna	0 €	4	28	112	Laboral	INTERPREV	S

### Outras ações previstas no Plano de Formação e não realizadas

	Designação da Ação	Área de Formação	Modalidade de Formação	Tipo de Ação	Custos Diretos (milhares de €)	Nº Formandos	Volume Formação	Duração (Horas)	Regime de Formação
1	Libre Office Calc - Básico	Informática	Inicial	Interna	0 €	16	128	8	Laboral
2	Libre Office Writer - Avançado	Informática	Aperfeiçoamento	Interna	0 €	16	128	8	Laboral
3	Fundos Europeus e de Investimento para 2014-2020	Fundos Comunitários	Inicial	Interna	0 €	16	128	8	Laboral
4	O Novo Sistema de Gestão Documental	Arquivo	Inicial	Interna	0 €	16	128	8	Laboral
5	Balanced Scorecard	Gestão	Inicial	Interna	0 €	16	128	8	Laboral

### Indicadores do Plano de Formação

Nº de Ações Planeadas (1)	Nº de Ações Realizadas (2)	Nº de Formandos Previsto (3)	Nº de Formandos Participantes (4)
8	7	128	112
Taxa de Realização ( (2) / (1) ) * 100		Taxa de Participação ((4) / (3)) * 100	
87,50%		87,50%	

## Formação profissional promovida por outras entidades

### Ações frequentadas por trabalhadores da CCDR<sup>2</sup>

Ações		Modalidade de Formação	Tipo de Ação	Custos diretos (milhares de €)	Duração (Horas)	Nº de Formandos	Volume de Formação Regime de Formação	Entidade Formadora	Área
1	Encerramento de Contas – Aspetos Contabilísticos e Fiscais	Inicial	Externa	32 €	7	1	7	OTOC	Contabilidade
2	“Tout est nouveau – Développer, une évolution radicale: un dialogue social avec avenir”	Inicial	Externa	Auto formação	16	1	16	6ª Semana Social Europeia	Comunicação
3	SUSE Linux Expert Days 2016	Inicial	Externa	0 €	7	1	7	Novell Portugal Informática, Lda	Informática
4	Nova Aplicação de Gestão da Formação	Inicial	Externa	0 €	3	2	6	INA	Gestão
5	4ª Sessão “Apresentação de Boas Práticas e Valorização das Pessoas”	Inicial	Externa	0 €	3	2	6	INA	Relações Públicas
6	“Instrumentos Legais de Gestão Orçamental e Financeira”	Inicial	Externa	322,29 €	14	3	42	INA	Gestão
7	Congresso AMAlentejo	Inicial	Externa	0 €	7	1	7	AMAlentejo	Política
8	10º Fórum Nacional de Resíduos	Inicial	Externa	1026,60 €	14	2	28	About Blue	Ambiente
9	Workshop sobre Metadados e Criação de Serviços de Dados Geográficos	Inicial	Externa	0 €	4	3	12	DGT	Informática

Ações		Modalidade de Formação	Tipo de Ação	Custos diretos (milhares de €)	Duração (Horas)	Nº de Formandos	Volume de Formação Regime de Formação	Entidade Formadora	Área
10	Segurança Social Direta – Rejeição da Declaração Mensal de Remunerações com Erros”	Inicial	Externa	0 €	3	2	6	Instituto de Segurança Social	Gestão
11	3ª Conferência Anual de Gestão Agrícola e Florestal Inteligente para as Alterações Climáticas	Inicial	Externa	0 €	7	4	28	DSA	Ambiente
12	10º Simpósio de Vitivinicultura do Alentejo	Inicial	Externa	0 €	21	1	21	DRAP/ MAM	Agricultura
13	VIII Conferência “Secretariado e Assistente de Direção”	Inicial	Externa	553,50 €	7	3	21	Global Estratégias	Secretariado
14	Simpósio “Programa do SimSIC 2016 - Ciberterrorismo	Inicial	Externa	5 €	7	1	7	IPBeja	Informática
15	6ª Conferência Nacional de Avaliação de Impactes	Inicial	Externa	1000 €	21	5	105	UÉvora	Ambiente
16	Sessão “O Desafio da Gestão de Projetos no Setor Público”	Inicial	Externa	0 €	3	1	3	ESPAP	Administração Pública
17	Formação Avançada em CAKEPHP	Inicial	Externa	220 €	18	2	36	UÉvora	Informática
18	Processamento de Vencimentos e Ajudas de Custo	Inicial	Externa	560 €	14	2	28	INA	Contabilidade
19	Formação Certificada SNC-AP	Inicial	Externa	0 €	7	3	21	ISCAD	Contabilidade
20	Segurança da Informação: Gestão de Risco de TI	Inicial	Externa	180 €	18	1	18	INA	Segurança da Informação
21	Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas	Inicial	Externa	0 €	21	6	126	IMT/INA	Jurídica
22	Congresso Anual “Q-Day Conference”	Inicial	Externa	0 €	7	4	28	Quidgest	Informática

Ações		Modalidade de Formação	Tipo de Ação	Custos diretos (milhares de €)	Duração (Horas)	Nº de Formandos	Volume de Formação Regime de Formação	Entidade Formadora	Área
23	Encontro Nacional das Agências de Energia	Inicial	Externa	0 €	7	1	7	RNAE	Energia
24	Curso Desenho e Implementação de Indicadores de Apoio à Decisão	Inicial	Externa	153,34 €	14	2	28	Key, Centro de Formação Lda	Administração Pública
25	“Conferência Gestão Documental: Utopia e Realidade”	Inicial	Externa	0 €	4	3	12	APDSI	Arquivo
26	Território e Paisagem – Paisagens Sustentáveis e Oportunidades de Desenvolvimento	Inicial	Externa	0 €	7	3	21	CCDRA	Ambiente
27	Organização e Inovação nos Arquivos da CCDRA – Reinventar a organização	Inicial	Externa	0 €	21	3	63	Arquivo Distrital de Évora	Arquivo
28	Temas Avançados de Protocolo e Cerimonial na Gestão de Eventos Institucionais	Aperfeiçoamento	Externa	450 €	14	3	42	UÉvora	Protocolar
29	Colóquio Comemorativo dos 100 Anos do Arquivo Distrital de Évora	Inicial	Externa	0 €	21	3	63	DGARQ	Arquivo

Évora, 20 de janeiro de 2017